

JORNAL DA Unicamp

Campinas, setembro de 1993 Ano VIII Nº 82



TECNOLOGIA DOMINADA — Pesquisa da professora Vera Lúcia Rehder e equipe (foto), do CPQBA da Unicamp, põe fim a oito anos de importação da matéria-prima do Triac, medicamento comercializado no Brasil pela Aché Laboratórios. **Página 6.**

Vestibular usa imaginação para chegar aos estudantes

1 KLINK, PATRONO — Amyr Klink, o navegador solitário (foto), fez âncora na Unicamp para ser o patrono dos formandos de cerca de 25 cursos que colaram grau em agosto último. Ele estava sensibilizado: era a primeira vez que recebia um convite do gênero. **Página 5.**



2 PESQUISA PREMIA-DA — Um prêmio coroou o esforço do peruano Miguel Angel Baltazar Paz y Miño, que desenvolveu um processo de melhora da produtividade da batata. O trabalho, orientado pelo professor José Tadeu Jorge, foi tese de mestrado na Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Unicamp. Na foto, Tadeu e Miguel (com o troféu). **Página 4.**



Secundaristas concentram-se no Ginásio Multidisciplinar, um dos pontos de visitação.



Os quatro primeiros fascículos da série produzida pela Unicamp e pela Editora Globo.

Várias novidades marcam o Vestibular da Unicamp para 1994, cujo calendário foi deflagrado a 23 de agosto último, com a colocação à venda do *Manual do Candidato*. Como no ano passado, o *Manual* vem acompanhado da *Revista do Vestibulando*, publicação que traz reportagens e informações de interesse dos candidatos. Na última semana de agosto, seis mil deles estiveram na Unicamp, no contexto de um programa que visa a aproximar da Unicamp os estudantes de segundo grau. E para chegar mais amplamente até eles, a Unicamp formulou e está executando com a Editora Globo um projeto de produção de fascículos sobre os conteúdos de seu Vestibular, com circulação garantida através das aproximadamente 16 mil bancas de jornais e revistas existentes em todo o país. **Página 12.**

Nelson Parada assume direção da Fapesp

O físico Nelson de Jesus Parada é, desde o início de agosto passado, o primeiro professor da Unicamp a chegar à presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Fapesp. Responsável por 35% dos recursos destinados à pesquisa no Estado, a Fapesp notabilizou-se, nas últimas três décadas, por ser uma agência de financiamento objetiva e enxuta. Os planos do professor Parada passam pela preservação desses níveis de eficiência e pela manutenção, na Constituição do Estado, do dispositivo que garante à fundação 1% da arrecadação do ICMS paulista. **Página 3.**

A FEC e a reformulação da graduação

Régis Latorraca Ribeiro Lima e Paulo Sérgio Franco Barbosa

Antecipando-se às iniciativas institucionais da Universidade quanto à ênfase ao ensino de graduação, a Faculdade de Engenharia Civil (FEC) concluiu no ano passado, após mais de um ano de trabalhos intensivos, seu projeto de reforma curricular.

Iniciado em março de 1991, a iniciativa se deu em razão de diversos fatores, dentre os quais a necessidade de atualização dos conteúdos de matérias, a de correção de falhas já reconhecidas em diagnósticos anteriores e de adequação do curso ao contexto do campus central da Unicamp, uma vez que sua idealização e funcionamento eram próprios ao campus de Limeira.

O trabalho foi conduzido pela Comissão de Graduação, com amplo apoio dos departamentos da FEC. Foram adotadas duas premissas básicas no decorrer do seu desenvolvimento: (a) estimular e garantir a ampla possibilidade de participação dos docentes, uma vez que a eles é que iria caber a tarefa de cumprir os objetivos do curso em cada disciplina;

(b) evitar o risco de um trabalho endógeno. Para atender tais premissas, cada professor foi solicitado a manifestar-se sobre diversos tópicos relativos ao curso e às disciplinas que já tivesse ministrado. A seguir foi promovido um seminário de atualização curricular cuja realização contou com o apoio do Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (Faep) e permitiu que a questão da atualização curricular fosse debatida com representantes dos cursos de engenharia civil de maior prestígio do país, além de representantes de entidades de classe e do setor produtivo.

Também foram promovidas reuniões com coordenadores de outros cursos de engenharia da Unicamp e com docentes da FEC que mantinham vinculação profissional externa, além de reuniões com os alunos. A opinião dos ex-alunos já havia sido previamente coletada através de pesquisa e de encontro realizado em 1989. Com base nesses subsídios, iniciou-se a discussão sobre os objetivos e diretrizes da formação a ser imprimida no curso. Decidiu-se por: "graduar um engenheiro civil pleno, com sólida base científico-tecnológica, apto a atuar em qualquer área de

aplicação da engenharia civil, ordenando, desenvolvendo ou gerando tecnologia". Com formação generalista, tratou-se de buscar o perfil do "engenheiro de concepção". Sob a luz dessa meta, diversos temas foram discutidos, entre os quais: disciplinas anuais ou semestrais, vinculação entre formação básica e profissional, o papel do estágio etc.

Após reuniões setoriais em cada área e intensa interação com a Comissão de Graduação, concluiu-se a elaboração de uma primeira versão de currículo em novembro de 1991, a qual foi divulgada entre os docentes. Em fevereiro de 1992 foi realizada uma reunião plenária com todos os docentes e alguns alunos, onde diversas sugestões foram colhidas, com o que foi elaborada a segunda versão da proposta curricular. Com muitas discussões e ajustes no decorrer do semestre letivo, o trabalho final foi aprovado no final de maio de 1992 pela Congregação da FEC. Aprovado na Comissão Central de Graduação (CCG) e na Comissão de Ensino e Pesquisa (Cepe), sua implementação teve início de funcionamento em 1993, com o devido monitoramento.

Particularmente, entende-se que a eficácia do currículo só poderá ser atingida com a vinculação a um horário fixo, o qual será conhecido por alunos e professores desde o início até o final do curso.

Além do produto final em si, com o projeto conseguiu-se uma grande evolução no entendimento, por parte dos docentes, da articulação entre as disciplinas e da visão sistêmica do currículo.

A Faculdade de Engenharia Civil acredita ter dado um avanço significativo de maneira a poder corresponder melhor às expectativas da sociedade e dos alunos aqui ingressantes. Particularmente, esta responsabilidade é acentuada na Unicamp pelo fato de tratar-se do curso de engenharia civil cujo vestibular é o que vem apresentando a maior relação candidato/vaga a nível nacional, na área, desde 1989.

Régis Latorraca Ribeiro Lima é diretor da Faculdade de Engenharia Civil (FEC) da Unicamp. Paulo Sérgio Franco Barbosa é coordenador do curso de graduação de Engenharia Civil.

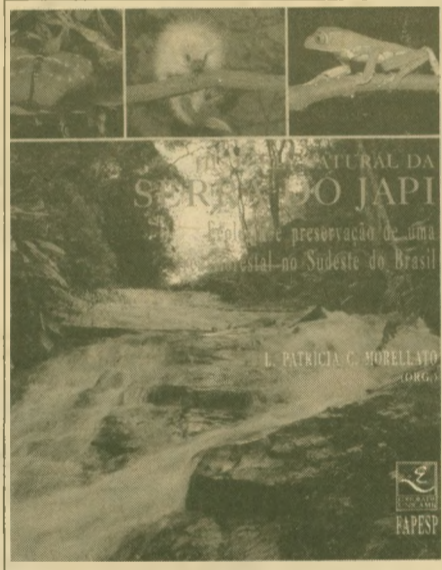
Jabuti vem para autores da Editora da Unicamp

Prêmio vem consolidar projeto editorial da Universidade.

Tres livros publicados pela Editora da Unicamp foram contemplados com o Prêmio Jabuti de 1993. São eles *História Natural da Serra do Japi*, de Leonor Patrícia Morellato, (categoria ciências naturais), *Introdução à Engenharia Agrícola*, de Paulo S.G. Magalhães e Luiz A.B. Cortez (ciências exatas) e *As Formas do Silêncio*, de Eni Puccinelli Orlandi (ciências humanas). A entrega dos prêmios aos vencedores deu-se no último dia 19 de agosto, no Rio de Janeiro, durante a realização da VI Bienal Internacional do Livro.

Esta é a primeira vez que a Unicamp recebe o Prêmio. Segundo o diretor da Editora, professor Eduardo Guimarães, a participação da Universidade na premiação mostra a consolidação do trabalho editorial que vem sendo desenvolvido pela instituição e amplia a importância da Editora da Unicamp no mercado de livros do Brasil.

Dois outros professores da Unicamp foram contemplados com o Prêmio Jabuti este ano: o sociólogo Otávio Ianni, com o livro *A Sociedade Global* (categoria ensaio), publicado pela Editora Civilização Brasileira, e a contista e professora de teoria literária Vilma Areas, com seu livro *A Ter-*



Leonor: ciências naturais.

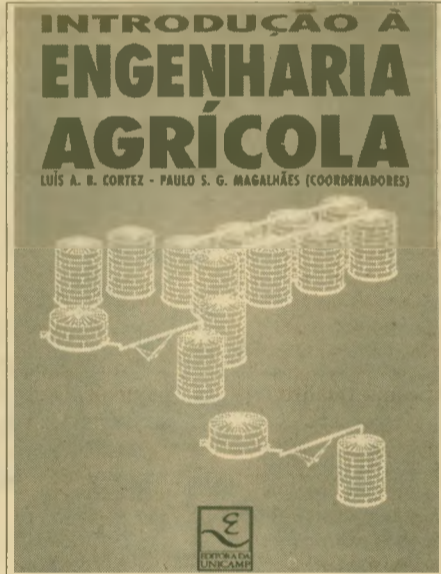
ceira Perna (categoria contos), editado pela Brasiliense.

O Jabuti, uma iniciativa conjunta da Câmara Brasileira do Livro e da Associação Nacional do Livro (ANL), é concedido anualmente a cinco autores em uma das seguintes categorias: romance, contos, poesia, ensaio, economia, administração e negócios, ciências naturais, exatas, humanas, reportagem, tradução, capa, produção editorial (livros de arte e texto), produção editorial de obra em coleção, livro infantil ou juvenil, ilustração e produção editorial infantil ou juvenil. (G.C.)

rado e que o eminente Professor César Lattes não participou oficialmente da banca de Comissão Julgadora". Prof. Dr. Secundino Soares Filho, Coordenador de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEE) da Unicamp.

Erramos

No artigo "Inglês instrumental e produção de ciência", de autoria do professor José Roberto Arruda, publicado no número 80 deste jornal, onde se lê: "A adoção da língua inglesa representa, como pretendem alguns, submissão à cultura norte-americana", leia-se: "A adoção da língua inglesa não representa, como pretendem alguns, submissão à cultura norte-americana".



Magalhães e Cortez: exatas.



Eni: ciências humanas.

Cartas

Sr. Editor. Tem a presente por finalidade corrigir a matéria intitulada "Tese post mortem emocionada na FEE", publicada na edição no. 81 do *Jornal da Unicamp*. Em particular a afirmação: "Originalmente prevista para a obtenção de título de mestrado, a tese, por sua alta qualificação, foi guindada ao nível de doutorado, e aprovada com distinção e louvor pelos membros da banca, entre eles o próprio Lattes". Sem questionar o mérito da tese, e compreendendo a emocionada consternação reinante por ocasião de sua apresentação, a Coordenação do curso de Pós-Graduação da FEE retifica que a tese apresentada não alterou-se do nível mestrado para douto-

UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

- Reitor — Carlos Vogt
- Vice-reitor — José Martins Filho
- Pró-reitor de Extensão — César Francisco Ciacco
- Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário — Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves
- Pró-reitor de Graduação — Adalberto Bono M. S. Bassi
- Pró-reitor de Pesquisa — Armando Turtelli Jr.
- Pró-reitor de Pós-Graduação — José Dias Sobrinho



Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (0192) 39-7865, 39-7183, 39-8404. Fax (0192) 39-3848

- Editor — Eustáquio Gomes (MTb 10.734)
- Subeditor — Amarildo Carnicel (MTb 15.519)
- Redatores — Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglionne (MTb 13.837), Graça Caldas (MTb 12.917), Lea Cristiane Violante (MTb 14.617), Roberto Costa (MTb 13.751) e Raquel do Carmo Santos (MTb 22.473).
- Fotografia — Antoninho Marmo Perri (MTb 828)
- Ilustração e Arte-Final — Oséas de Magalhães
- Diagramação — Amarildo Carnicel e Roberto Costa
- Serviços Técnicos — Clara Eli de Mello, Dário Mendes Crispim, Dulcinéa Ap. B. de Souza, Edson Lara de Almeida, Hélio Costa Júnior e Sônia Regina T.T. Pais.

Entrevista: Nelson de Jesus Parada

No comando da Fapesp

Desde agosto último, a presidência do Conselho-Técnico Administrativo (CTA) da Fapesp está sob o comando do professor Nelson de Jesus Parada, ex-diretor geral do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e atual pesquisador ligado ao Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW) da Unicamp. Com mandato de três anos, Parada é o primeiro professor da Unicamp a chegar à direção da Fapesp.

Jornal da Unicamp — O sr. é o primeiro professor da Unicamp a chegar à presidência da Fapesp. O que isso significa para o sr., para a Unicamp e para o sistema de pesquisa no Estado de São Paulo?

Nelson de Jesus Parada — Para mim é uma grande honra, não só por ser o primeiro professor da Unicamp a ocupar a presidência da Fapesp, mas principalmente por assumir essa responsabilidade. Acho que o rodízio de professores ocupando os cargos no Conselho Técnico Administrativo da Fapesp é uma atitude bastante salutar, porque permite que se concentre a escolha muito mais nas características de cada um desses elementos e não numa representação institucional. No tocante à minha escolha, asseguro que vou continuar a executar o trabalho como venho fazendo até agora. São quase 30 anos de luta em prol da ciência e da tecnologia brasileira e eu vou continuar dando minha contribuição, modesta, mas feita com muito entusiasmo, para o Estado de São Paulo.

JU — A Fapesp sempre se caracterizou como a mais enxuta e a mais eficiente das agências de financiamento de pesquisa do país. O que o sr. fará para manter essa imagem de funcionalidade?

Parada — A Fapesp tem realmente essas duas características.



Parada: "o critério de financiamento é sempre o da excelência do projeto".

quadro funcional tem que ser aprovado pelo conselho superior da fundação. Agora, a tendência é aumentar sim os recursos para ciência e tecnologia. Todo o montante que provém da arrecadação de 1% do ICMS (cerca de US\$ 200 milhões anuais) é usado no financiamento de projetos de auxílios. A Fapesp tem patrimônio próprio que gera recursos para o custeio administrativo. O que sobra é investido em pesquisa. Então se vê que a tendência tem sido sempre aumentar os recursos da fundação mas mantendo-se sempre o mesmo quadro.

JU — É possível melhorar ainda mais essa boa imagem?

Parada — É só olhar um pouquinho a história da Fapesp, que começou com atendimento de balcão. Era um atendimento individual ou de pequenos grupos. Depois começou a financiar bolsas

JU — As universidades paulistas respondem, sozinhas, por cerca de 60% da pesquisa científica e tecnológica desenvolvida no país, graças, em grande parte, aos financiamentos da Fapesp (cerca de 35% do financiamento do Estado). Em sua opinião, os desdobramentos sociais dessas pesquisas, considerando os níveis de aplicabilidade, têm sido satisfatórios?

Parada — Para responder a essa pergunta é preciso observar um pouco o critério que a Fapesp tem utilizado para a concessão de recursos. O critério é sempre o da excelência. Não existe pesquisa desenvolvida ou subdesenvolvida, o que existe é pesquisa boa ou pesquisa ruim. A Fapesp tem procurado identificar essas diferenças e é aí que reside um dos aspectos de seu sucesso. Os resultados dos projetos financiados têm sido muito bons. Quanto à aplicação social, é um ponto difícil de se analisar. Se tomamos como exemplo um projeto da área de Ciências Exatas, torna-se mais difícil esperar uma aplicabilidade imediata. Na área das Biomédicas e das Humanas, às vezes essa aplicação pode ser muito mais imediata. De modo geral, posso afirmar que o resultado tem sido bastante satisfatório. É claro que algumas delas são pesquisas básicas; outras são aplicadas a médio prazo e há aquelas que têm por finalidade uma aplicação imediata. Mas é difícil a gente quantificar esse resultado.

JU — A Unicamp tem se firmado como uma instituição bastante ágil no sentido de incentivar a relação Universidade-empresa. O sr. acha que esse pode ser também um dos caminhos para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no país?

Parada — Quando ocorreu o aumento do percentual de 0,5% para 1%, no orçamento da Fapesp, houve um acordo tácito feito pelos dirigentes da agência no sentido de se gerenciar também o financiamento a projetos que envolvessem pesquisa e desenvolvi-

mento tecnológico. Isso porque, naquela época, vários grupos se organizaram e até tentaram criar uma fundação nos mesmos moldes da Fapesp. Começamos a discutir esse assunto ano passado, no Conselho Superior. Isso gerou na época uma reação por parte da comunidade que tinha receio de que essa medida pudesse tirar recursos da área científica em prol da área tecnológica. Entretanto, a Fapesp tem procurado discutir esse assunto, criar programas específicos que envolvam pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Isso está sendo discutido com a comunidade e com a diretoria científica. Não se pode gerar produtos ou processos sem a participação da indústria, uma vez que a fase seguinte, a da implementação, terá que ser feita pelo setor privado. Os modelos podem ir tanto de um lado, o do financiamento direto à indústria, como do outro,

fundação e aplicar em projetos tecnológicos, em detrimento da área científica. Até hoje não houve nenhum projeto apresentado à Fapesp, que tenha sido considerado bom, sobre o aspecto da análise feita pela assessoria, e que não fosse financiado. Excentuamente, é claro, projetos que eventualmente extrapolassem a capacidade de recursos da agência.

JU — Em seus 30 anos de existência, a Fapesp financiou mais de 50 mil projetos de pesquisa, dos quais boa parte volta para os programas de pós-graduação. Qual será sua política especificamente nessa área?

Parada — Toda a análise é feita com base no pedido feito. Não é a Fapesp que define a política de ciência e tecnologia no Estado de São Paulo. Normalmente, dos recursos que são alocados, 50% são para auxílio e 50% para o atendimento de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. A Fapesp tem uma posição diferente da Capes e do CNPq, que dão pacotes de bolsas institucionais para serem distribuídos entre os candidatos. A Fapesp age diferente: a bolsa é individual, é sempre centrada no projeto de pesquisa. Toda essa análise é feita pela diretoria científica, que traça uma política de análise dos pedidos. Não é atribuição de agência tentar determinar que área deve receber mais bolsa do que outra. O financiamento é feito de forma global.

JU — O sr. teme que a revisão constitucional do Estado, a ser realizada provavelmente no próximo ano, possa prejudicar a dotação da Fapesp?

Parada — Não existe temor algum nesse sentido, porque, na realidade, o legislador paulista já entendeu a importância que o financiamento da pesquisa no Estado de São Paulo tem para o desenvolvimento social e econômico do país. Embora toda revisão constitucional esteja sujeita a promover algumas alterações, nós estamos absolutamente certos de que os deputados paulistas e o

"Não existe pesquisa desenvolvida ou subdesenvolvida. O que existe é pesquisa boa ou ruim. A Fapesp tem procurado identificar essas diferenças".

"O legislador paulista já entendeu a importância que o financiamento da pesquisa no Estado tem para o desenvolvimento social e econômico do país".

A agência tem o mínimo necessário de quadro administrativo para tocar suas atividades. Ela se baseia muito nas solicitações de auxílios e de bolsas que são apresentadas. Embora a Fapesp, conforme determinação da nova Constituição do Estado, tenha aumentado sua dotação de 0,5 para 1% do ICMS, sua estrutura administrativa permaneceu a mesma. Trabalham hoje na agência menos de uma centena de pessoas. E embora a Fapesp sistematicamente tenha assumido algumas atividades que extrapolam suas atribuições, como a rede Bitnet e a participação na rede nacional de pesquisa do CNPq, não se prevê nenhum aumento em seu quadro de pessoal. Qualquer aumento do

e passou a auxiliar projetos especiais em função de determinadas carências em áreas específicas, no Estado. Assim ocorreu, por exemplo, com o Centro de Bioterismo da Unicamp, um exemplo típico de programa especial da Fapesp. Agora ela passou para os chamados projetos temáticos, onde a própria comunidade se agrupa numa determinada área e apresenta um projeto, normalmente interinstitucional. Com isso, a agência só atende a um projeto que envolve um grupo de pesquisadores, com o que, naturalmente, se torna possível otimizar a utilização dos recursos. Esse procedimento permite o aumento da produtividade associado ao aumento de qualidade. É o que se busca.

ou seja, a Fapesp financiando a universidade, que por sua vez faz o contato com a empresa. Ambas discutem um projeto de P&D tecnológico e a Fapesp financia a pesquisa. É claro que essa é a forma preferida pelos pesquisadores, que passam a ter um controle do processo como um todo. Eu sou um entusiasta da fórmula universidade-empresa não só para criar maior competência dentro da universidade como para fazer uma transferência efetiva do conhecimento gerado nos laboratórios universitários para o setor produtivo. Entretanto, tudo isso deve ser feito com cautela e muito critério. Não deve haver a preocupação de que, de repente, vamos pegar os recursos da

próprio governador Fleury compreendem o papel da fundação. É claro que a comunidade científica tem que estar alerta e lutar com todas as suas forças para que esse dispositivo permaneça na Constituição do Estado. Existe hoje um certo movimento a nível federal no sentido de se retirar da Constituição todo e qualquer dispositivo que prefixe ou permita a fixação de valores específicos para financiamento em determinadas áreas, sejam elas quais forem. Então, é possível que esse movimento, que existe a nível federal, retire da Constituição do país esse dispositivo. Mesmo assim, isso não quer dizer que a Constituição de São Paulo não possa mantê-lo. (A.C.)

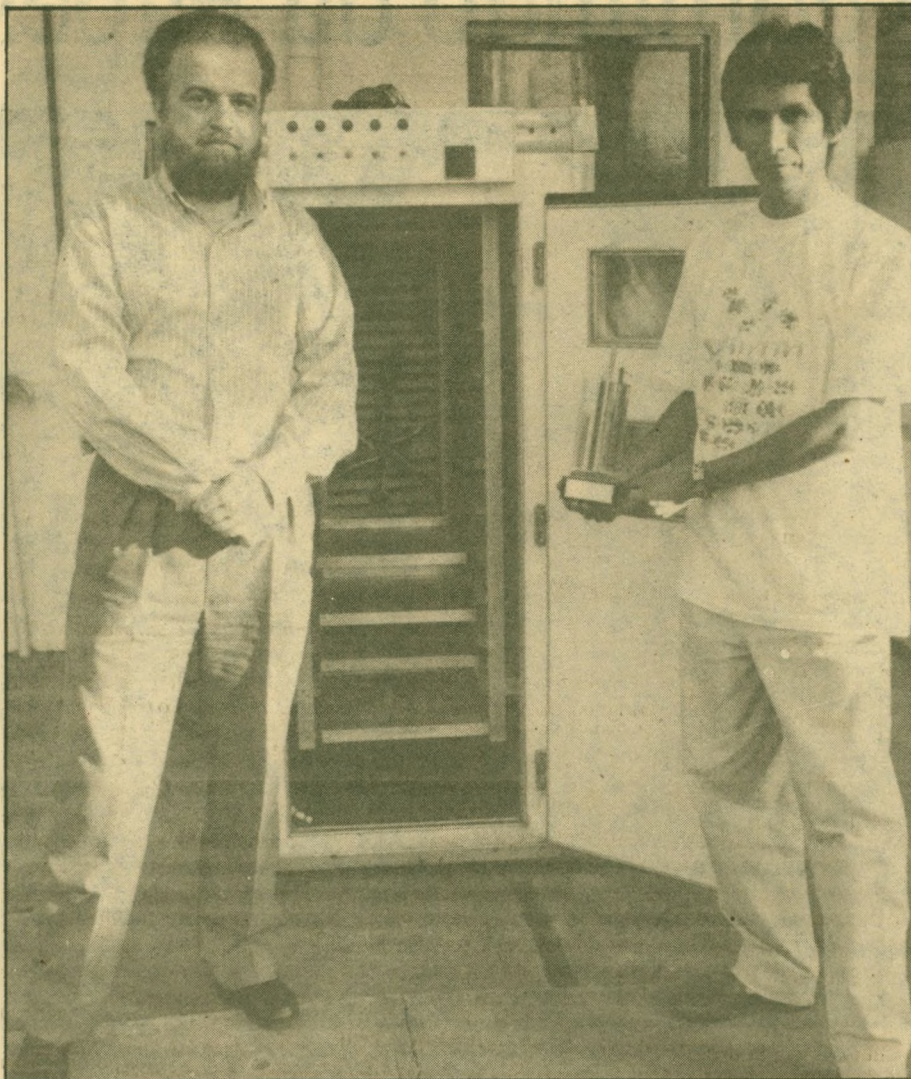
Pesquisa da Feagri é premiada

Processo melhora produtividade da batata com redução da perda pós-colheita.

Consagrada como prato base da culinária peruana, portanto equivalente ao feijão com arroz do brasileiro, a batata cultivada tanto no Brasil como no Peru chega a sofrer uma perda de até 30% após a colheita. Especialista em ciências industriais alimentares, Miguel Angel Baltazar Paz Y Miño, mestre em engenharia agrícola pela Unicamp, pesquisou parâmetros que evitam que o produto brote, esverdeça e perca peso até chegar ao consumidor final. Pela importância dos resultados obtidos, o trabalho desenvolvido junto ao Departamento de Pré-Processamento de Produtos Agropecuários da Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri), ao ser apresentado durante o 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola, recentemente realizado em Ilhéus, Bahia, mereceu o "Troféu Adolfo Kepler Junior de Armazenagem de 1993".

Ao todo, 300 trabalhos foram apresentados durante o evento, sendo 34 na área de processamento de produtos agrícolas. A empresa que instituiu o prêmio, K. W. do Rio Grande do Sul, produz equipamentos utilizados em armazenagem, um dos aspectos focalizados por Miguel em seu mestrado. A pesquisa por ele desenvolvida — denominada "Influência do processo de lavagem, da aplicação de vapor e do tempo de armazenagem na qualidade da batata *Solanum tuberosum L.* — tem aplicação industrial e contribui para reduzir a perda pós-colheita de uma das principais culturas agrícolas nacionais.

Existem cinco indústrias brasileiras que comercializam a batata frita pré-congelada — um apetitoso e crescente mercado, ao se considerar tanto o produto vendido nas gôndolas de supermercados como a expansão das redes de lanchonetes. As empresas, no entanto, não procedem o tratamento a vapor pesquisado por Miguel na Feagri. No processo de industrialização as batatas são cortadas em palitos, pré-fritas e então congeladas. Em seu trabalho, o pesquisador peruano concluiu, por exemplo, que o tubérculo com melhor característica para fins comerciais deve permanecer em tratamento térmico a 40 graus centígrados, durante 20 minutos. Já para o consumo *in natura*, além desses aspectos é preciso que não tenha sido lavado para que melhore a sua resistência, como lembra



O professor Tadeu e o aluno Miguel: uso de método indiano.

o orientador de Miguel, professor e ex-diretor da Feagri, José Tadeu Jorge, atualmente chefe de Gabinete da Reitoria da Unicamp.

A caminho do consumidor — Da colheita até a hora de ser servida, a batata cultivada no Brasil ou no Peru esbarra em algumas dificuldades durante o transporte, armazenagem e manuseio. A situação é mais grave naquele país, devido às intempéries que provocam deslizamentos de terra e atrasam a chegada do produto ao consumidor. Até o momento de ser preparado na cozinha, o tubérculo continua respirando. Essa evolução, explica Miguel, faz com que a batata perca umidade e conseqüentemente peso, adquira cor esverdeada e apresente brotos. Além des-

ses defeitos, ela é adquirida com uma substância tóxica denominada glicoalcalóide, um açúcar redutor capaz de causar anomalia intra-uterina durante a gestação, segundo relata a literatura especializada.

A fim de evitar os defeitos no tubérculo, Miguel aplicou um método semelhante ao realizado por pesquisadores indianos, que utilizaram vapor de água na batata para inibir o crescimento de brotos. No Laboratório de Matérias-Primas da Feagri, durante quase sete meses Miguel observou a evolução de um tratamento específico em 400 quilos de batatas, colhidos em Araxá (Minas Gerais). Divididos em dez lotes de aproximadamente 40 quilos, em cada um se aplicou um teste diferente. Antes de separá-los, no entanto, a pri-

meira providência foi realizar o processo de cura dos tubérculos que apresentavam arranhões ou outros defeitos adquiridos no decorrer da colheita ou do transporte.

O segundo passo foi lavar, manualmente, metade dos lotes e manter os outros 200 quilos com terra. Sem essa película, os poros da batata limpa têm a respiração acentuada e o tubérculo ganha então umidade e desenvolve brotos — o indicador de sua reprodução. Na fase seguinte, já com os lotes identificados, Miguel utilizou a câmara de tratamento térmico adaptada de um antigo germinador. Apenas dois lotes, um lavado e outro com a película de terra, não passaram por qualquer tratamento, a fim de servirem como "testemunhas" para a obtenção de melhores parâmetros durante a avaliação.

Registros mensais — "Durante as análises em laboratório", conta o pesquisador, "numa primeira câmara, em um só dia, os oito lotes receberam o vapor. Depois, ficaram acondicionados em bandejas abertas, colocadas sobre as bancadas da câmara de armazenagem, em temperatura ambiente. Assim, todos os lotes permaneceram em cerca de 10º C e umidade relativa de 85% a 90%". Nessas condições, em função da quantidade de tubérculos com brotos, Miguel observou a qualidade externa do produto, a coloração da película, a perda de peso e a presença de açúcares redutores.

Atualmente, a batata destinada ao mercado interno deve apresentar características de cultivo definidas, estar madura, limpa, inteira, bem formada, sem brotação, firme e consistente, de coloração uniforme, livre de danos mecânicos ou fisiológicos, de pragas ou doenças, e estar isenta de substâncias nocivas à saúde. Entre outras conclusões, o pesquisador verificou que a aplicação de vapor demonstrou ser um tratamento não-químico eficaz no controle de brotamento nas batatas não lavadas, que não altera a coloração típica do produto nem influencia a perda de peso.

José Tadeu Jorge, que orientou o trabalho de mestrado, afirma que em geral o processo de cura é feito pelo produtor, mas aconselha que o tubérculo não seja lavado, uma vez que favorece a presença de brotos durante o armazenamento. "Tecnologicamente, o tratamento térmico e a armazenagem, na própria propriedade, requerem equipamentos como as câmaras usadas na Feagri. No entanto, isoladamente o agricultor não tem capital para investir nessa etapa e a idéia é que as cooperativas ou as indústrias de batatas pré-fritas congeladas assumam o investimento", diz Tadeu. (C.P.)

Estudo aprimora técnica de microaspersão

Produção do limão tahiti é otimizada a partir de método de irrigação adequado.

A utilização de métodos de irrigação por microaspersão na citricultura brasileira não é novidade. Há muito tempo esse mecanismo vem sendo adotado por agricultores que procuram produzir alimentos no período de entressafra. No entanto, amenizar os prejuízos provocados pela seca não significa apenas a adoção pura e simples de um manejo de irrigação. É necessário otimizar o uso do sistema.

Foi partindo dessa premissa que o engenheiro agrícola Túlio Assumpção Pires Ribeiro debruçou-se sobre o assunto que culminou com sua dissertação de mestrado intitulada "Estudos dos parâmetros básicos de irrigação por microaspersão para a cultura do limão Tahiti", defendida em maio último junto à Faculdade de Engenharia Civil (FEC) da Unicamp. "Os agricultores adotam o sistema sem nenhum controle, de forma bastante rudimentar", justifica Túlio, que se valeu também de experiências práticas adquiridas no Brasil e no exterior.

Túlio começou a trabalhar com irrigação em 1986, em Israel, no kibbutz Sasa, localizado ao norte daquele país, próximo à fronteira com o Líbano. Durante seis meses dividiu suas atividades entre a colheita de frutas do kibbutz e a manutenção de sistemas computadorizados de irrigação. Em abril de 92 retornou ao Oriente Médio para um curso intensivo no kibbutz Shefayim (imediações de Telaviv), quando voltou

suas atenções para as novas tecnologias agrícolas aplicadas a irrigação. A escolha por Israel não se deu por acaso: boa parte das tecnologias de ponta, na área, tem tido origem naquele país. No Brasil, o pesquisador atuou também em projetos desenvolvidos no vale do Rio São Francisco, na região de Petrolina (PE) e em Juazeiro (BA).

Performance do equipamento — Valendo-se dessa experiência e de dezenas de publicações sobre o assunto, Túlio desenvolveu seu programa de pós-graduação com o propósito inicial de avaliar o desempenho do equipamento (disponível no mercado) no campo experimental que a Unicamp mantém em Limeira, interior de São Paulo. Trabalhando numa área de dois hectares onde estão plantados 575 pés de limão tahiti, o aluno preocupou-se em otimizar a distribuição da água no solo de acordo com a declividade do terreno evitando o emprego escasso ou excessivo do líquido nos diferentes pontos da região irrigada.

Segundo Túlio, ao atingir o manejo adequado evita-se a drenagem profunda abaixo do sistema radicular, a lixiviação de nutrientes e problemas de erosão do solo. "É bastante comum a ocorrência de perda de água abaixo do sistema radicular", diz ele, acrescentando que não é necessário irrigar a raiz na sua totalidade — bastando atingir o ponto onde ocorre maior concentração de raízes. O estudo mostra que o des controle no manejo da água pode comprometer todas as etapas do desenvolvimento da árvore, desde o plantio até a fase adulta.

Outra vantagem do sistema desenvolvido é que, ao aplicar métodos de manejo de irrigação, o agricultor pode determinar não apenas a quantidade de água mas sobretudo a periodi-



Túlio: técnica de irrigação assimilada em kibbutz israelense.

cidade da irrigação, que dependerá, necessariamente, das condições climáticas, do estágio do desenvolvimento da cultura e do tipo do equipamento empregado. A adoção desse método, além de permitir a produção na entressafra (com significativo aumento do valor do produto) também provoca a diminuição do consumo de energia elétrica — resultado que vai ao encontro de um projeto da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) que oferece incentivos aos irrigantes que apresentam uma curva decrescente no gráfico de consumo.

Pronto para a aplicação — Embora o tra-

balho de campo — com duração de um ano — tenha sido realizado exclusivamente com limão tahiti, Túlio assegura que o sistema por ele desenvolvido pode ser aplicado, de um modo geral, na fruticultura e no cultivo de hortaliças.

O resultado da pesquisa já está sendo repassado pelo ex-aluno de graduação da Feagri — agora mestre em recursos hídricos e saneamento — através de aulas práticas ministradas em cursos de hidráulica geral e engenharia de irrigação junto a essa faculdade. Orientada pelo professor Dirceu Brasil Vieira, a pesquisa está à disposição dos interessados no Laboratório de Hidráulica e Irrigação da unidade. (A.C.)

Entrevista: Amyr Klink

O navegador aporta no campus

Economia, administração de empresas e literatura francesa são os cursos que, na década de 70, marcaram a vida acadêmica de um dos mais destacados esportistas brasileiros, o navegador solitário Amyr Klink. Seu espírito de aventura, e o que ele representa hoje para o imaginário dos brasileiros, foram as razões que motivaram os cerca de 200 alunos de 25 cursos da Unicamp que colaram grau em agosto último a convidá-lo para patrono de sua formatura. Também empresário e escritor, em entrevista ao Jornal da Unicamp, Amyr revelou: "Se eu fosse ingressar agora numa universidade, não escolheria oceanografia, engenharia naval ou qualquer outra carreira ligada à navegação. Aliás, dos cursos que fiz, o mais importante para a minha vida foi o de literatura francesa, porque no mundo o idioma das viagens é o francês".

Jornal da Unicamp — É a primeira vez que o senhor recebe um convite como esse, para ser o patrono de uma turma de universitários?

Amyr Klink — Sim, e foi para mim uma grata surpresa. Aliás, nem preparei discurso algum; vou falar de improviso.

JU — Diante de uma lista de personalidades, como se sente ao ter sido escolhido pela grande maioria dos acadêmicos?

Amyr — Eu nunca imaginei que um dia receberia um convite para ser patrono de uma turma de formandos. Ainda mais se tratando de uma universidade como a Unicamp. Aqui há professores contemporâneos meus da USP, como o físico Fábio Reis, além de outros amigos dos meus tempos de universidade. O Fábio, inclusive, está ministrando aqui na Unicamp um

curso sobre navegação astronômica, que organizamos no meu escritório.

JU — Para o senhor, a navegação é um hobby ou um esporte?

Amyr — Não, não se trata nem de uma coisa ou outra; na verdade é tudo. Há nove anos trabalho como economista na minha empresa, A. K. Planejamento e Pesquisa Ltda, onde dedico o meu tempo a projetos de viagens. É diferente de uma agência turística porque desenvolvemos projetos marítimos, fotográficos ou de terra. O que fazemos é organizar toda a parte logística, de roteiro, e até os desenhos para veículos ou embarcações que a própria empresa desenvolve. Além disso, a exemplo do curso ministrado pelo Fábio na Unicamp, organizamos cursos de navegação, de astronomia ou de ecologia marinha.

JU — A ousadia é uma característica de suas viagens. O que está planejando agora?

Amyr — Estamos organizando várias coisas. Por exemplo, um projeto da escola de velas em mar, para crianças, que terá sede na Ilha da Bebiga, em Parati. A proposta é iniciar a formação de futuros navegadores, ainda com pouca idade. Outro projeto é a viagem que farei, dentro de dois anos, para a China, pelo Pólo Ártico. Mas, antes de ir para o Oriente, pretendo organizar uma regata para barcos de 22 pés no máximo, ou cerca de 6,5 metros.

JU — Como deve ser essa regata e qual a sua importância?

Amyr — Ela irá acontecer entre a Cidade do Cabo, na África do Sul, e Salvador, Bahia. Será semelhante à regata realizada a cada dois anos, no Atlântico Norte, com saída da França e chegada no Caribe, e tida como uma das mais importantes do mundo. A prova que estamos organizando irá acontecer em janeiro de 1995.

JU — Quem poderá participar dessa regata?



Amyr Klink, o patrono: honra e surpresa.

Amyr — A regata que estamos programando permitirá a participação de velejadores com alguma experiência e sem a preocupação com patrocinadores, porque os barcos são extremamente simples e bastante evoluídos tecnologicamente: pequenos, rápidos e seguros.

JU — Qual sua opinião a respeito da crescente busca pelo esporte alternativo, em que têm se destacado, mais recentemente, grupos excursionistas universitários como os da Unicamp, da USP ou da Universidade Federal de Ouro Preto?

Amyr — De fato o chamado esporte alternativo desperta hoje um interesse cada vez maior e acho muito importante a prática de atividades ao ar livre, a busca de se conhecer melhor o planeta, de estar em maior contato com a natureza. É muito bom adrenar, sentir fortes emoções. Eu velejo em regatas, mergulho e fui remador durante sete anos. Só não concordo em cha-

mar de alternativos esportes como o body surf, o trekking, escalada em rocha ou o abismo em cavernas.

JU — O senhor acha que o excursionismo tem a ver com a vida acadêmica?

Amyr — Considero o excursionismo muito importante e saudável. Partindo do meio acadêmico, acredito que tem a ver com descobertas de interesse particular dos jovens. Na época em que eu estudei na USP já existia lá um grupo excursionista, mas nunca participei de nenhum projeto promovido pelos estudantes. Conheci muitos deles porque, afinal, tínhamos em comum a dificuldade de encontrar locais onde comprar equipamentos. Mas, como qualquer esporte que exige atenção, cuidado, e que resulta em tensão, creio que as atividades organizadas por grupos excursionistas universitários influenciam de uma forma muito positiva a vida acadêmica. O respeito aos obs-

táculos e a forma de superá-los, como numa escalada em rocha, com o cuidado a cada movimento, enfim, fazer tudo gradativamente e com tranquilidade ajuda no bom desempenho intelectual.

JU — E quanto a sua atividade como escritor?

Amyr — Tenho dois já publicados e o terceiro, *Imagens do Paratii*, será lançado em novembro, com mais de 200 fotografias e textos do diário da viagem entre a Antártica e o Ártico, que realizei de 1989 a 1991. Será editado pela Companhia das Letras.

JU — O seu primeiro livro, *Cem Dias Entre o Céu e o Mar*, foi um best seller nacional. Com o segundo, *Paratii Entre Dois Pólos*, houve o mesmo interesse do público?

Amyr — O primeiro, pela José Olympio Editora, foi publicado em 1986 e está na 33ª edição, com algo perto de 300 mil exemplares vendidos. Nele, abordo a viagem que fiz em 1984, da Namíbia (África) até a Bahia, num barco a remo. Quanto ao segundo livro, lançado entre o final do ano passado e início deste, pela Companhia das Letras, está na 6ª edição, com mais de 100 mil exemplares vendidos em seis meses. É sobre outra viagem minha, num veleiro poliar que ficou preso dez meses em um geleiro da Antártica.

JU — Cada viagem sua corresponde a um livro?

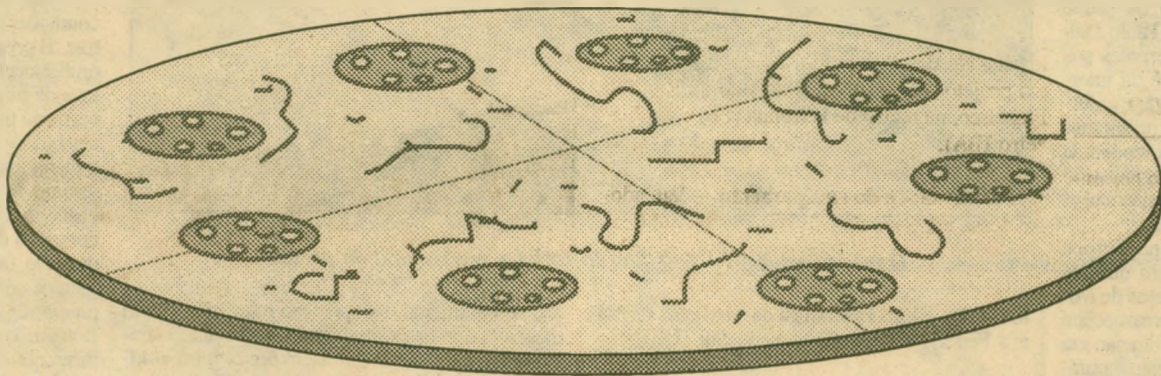
Amyr — Não necessariamente. Tenho livros que jamais pretendo publicar.

JU — Seriam também sobre suas experiências, atravessando mares e oceanos?

Amyr — Não especificamente, não se trata de livros sobre viagens, mas de estudos que fiz sobre construção naval, de embarcações brasileiras. São pesquisas que gostei de realizar e acho que ainda posso aperfeiçoar mais. (C.P.)

Inovando mais uma vez,
Apresenta:

PIZZA EXECUTIVA



Seguindo uma tendência mundial, a PIZZA FIORI lançou em Julho/93 a PIZZA EXECUTIVA.

O tamanho é um pouco maior que o da Pizza Hut e o preço é aproximadamente o de um Big Mac

AV. Santa Izabel, 405
Barão Geraldo

DISK-PIZZA
FONE: 39-3514

CPQBA sintetiza medicamento

Unicamp marca ponto tecnológico e barateia preço do produto no mercado.

O Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) da Unicamp acaba de sintetizar a matéria-prima (ou princípio ativo) do Triac, medicamento indicado para tratamento de obesidade e de alguns casos específicos de câncer de tireóide. É o resultado final de um trabalho conjunto desenvolvido pela Universidade e pelo Aché Laboratórios Farmacêuticos, que investiu cerca de US\$ 100 mil no projeto. O anúncio foi feito no último dia 12 de agosto pelo reitor Carlos Vogt e pelo vice-presidente executivo do Aché, Victor Sialy.

Coordenado pela professora Vera Lúcia Reher, o Projeto Triac foi iniciado em 1990. O trabalho teve como ponto de partida o ácido para hidroxifenilacético, substância sintética que pode ser encontrada em qualquer fornecedor de produtos químicos. A partir dessa matéria-prima básica, os pesquisadores desenvolveram a síntese em sete etapas, sendo que em cada fase foi analisada a viabilidade técnica e econômica do produto. Cada estágio consistiu na transformação e/ou na introdução de grupos funcionais (compostos orgânicos e inorgânicos como nitro, aminas, aromáticos, iodados etc) até a obtenção da molécula-alvo denominada ácido triiodotiroacético (tiratrico).

O domínio da síntese do ácido triiodotiroacético põe fim a oito anos de importação do produto por parte do Aché. Segundo Sialy, a produção do Triac nacional — com início previsto para o próximo ano na unidade de Guarulhos — deverá implicar numa redução de até 30% do valor final do produto para os consumidores. Atualmente, uma caixa de Triac com cem comprimidos é comercializada por cerca de US\$ 12.

Verticalização do processo — Para o coordenador do Laboratório de Química Sintética do CPQBA, professor Nelson Frighetto, um dos méritos do projeto é a verticalização do processo de síntese, ou seja, partindo-se de compostos

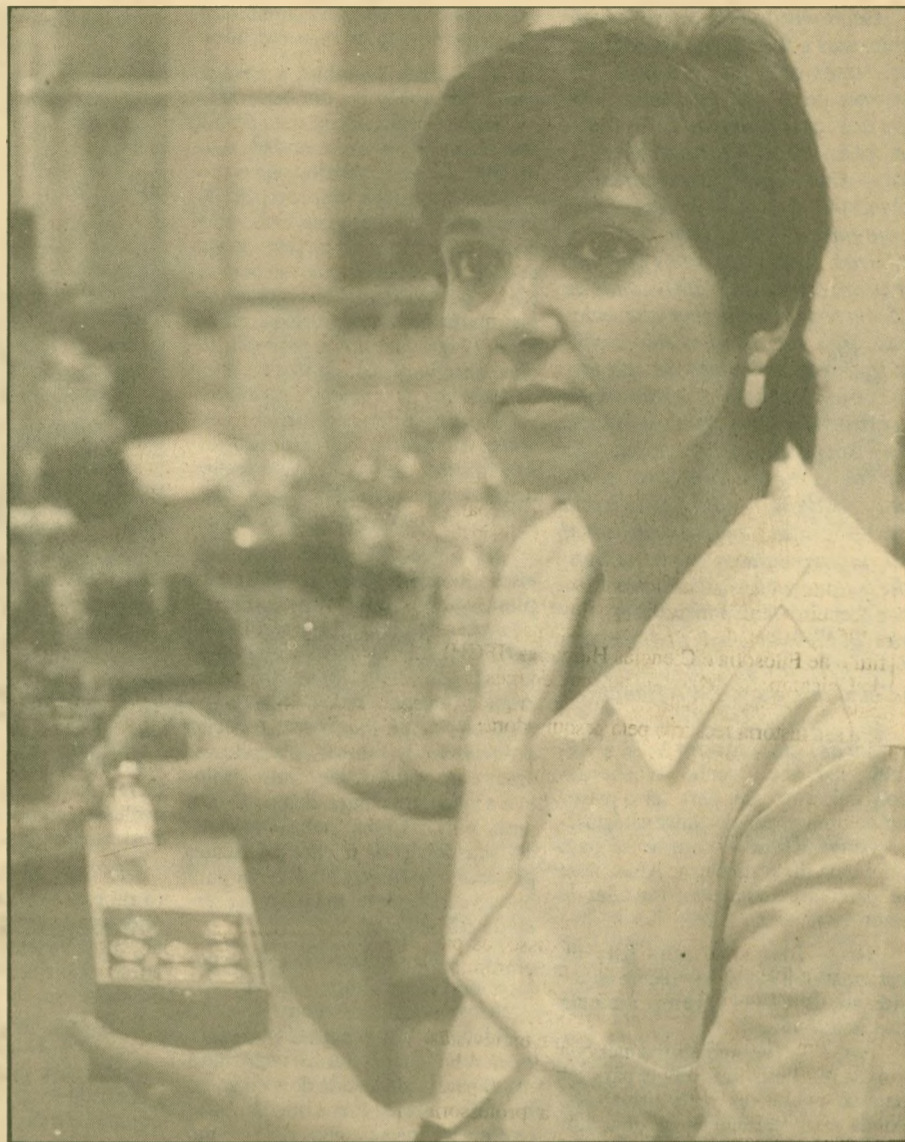
relativamente simples, agregam-se sucessivamente novos grupos funcionais ou transformam-se os já existentes até atingir a molécula desejada. Segundo ele, esse procedimento é pouco comum por parte das indústrias farmacêuticas. "Os laboratórios preferem, geralmente, comprar a matéria-prima acabada. Ocasionalmente a adquirem faltando uma ou duas etapas para a obtenção do produto final", afirma.

A compra do produto acabado ou semi-acabado acarreta desvantagens. A principal delas consiste na falta de domínio do desenvolvimento tecnológico do processo. Isso implica na constante dependência de importação do produto, quase sempre sintetizado por fabricantes que monopolizam o mercado e fixam livremente os preços. Outro inconveniente é que, ao adquirir a matéria-prima quase pronta, diminui-se a margem de lucro do laboratório farmacêutico. Quanto menos processada essa matéria, menor será sua margem de lucro.

O Triac é um composto quimicamente similar aos hormônios tireoideanos, com ação lipolítica periférica (acelera a queima de gorduras), usado no tratamento da obesidade e em alguns casos de câncer de tireóide. Segundo Ailton Rebelo, gerente de qualidade e desenvolvimento do Aché, em ambas as indicações o medicamento atua como suplemento hormonal.

Início da relação — O desenvolvimento do Triac não é o único resultado positivo alcançado na relação entre a Unicamp e o Aché. O primeiro convênio entre ambas as instituições ocorreu em 1987, quando os pesquisadores do CPQBA, sob a coordenação do farmacêutico Nikolai Sharapin, iniciaram os estudos sobre o extrato de *Triticum vulgare*, produzido em condições de stress, que é um potente ativador da regeneração tecidual com ação cicatrizante.

Desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, integrada por agrônomos, biólogos, químicos, farmacêuticos e farmacologistas, o projeto ultrapassou a meta inicial, atingindo a tecnologia de produção do extrato, incluindo seleção de sementes, otimização das fases de cultivo, extração e esterilização. O CPQBA passou a produzir o extrato em escala piloto — cerca de 30 litros mensais. "A qualidade do extrato é igual ou superior à do produto importado", diz Rebelo. Dando seqüência à essa frutífera relação Unicamp-Aché, novos projetos de



Vera, coordenadora do Projeto Triac: desenvolvimento tecnológico.

verão ser formalizados em breve. Segundo o diretor do CPQBA, Waldemiro Sgarbieri, os pesquisadores vêm trabalhando no estudo de viabilidade técnica e econômica de dois outros medicamentos: um relaxante muscular e um calmante.(A.C.)

bilidade técnica e econômica de dois outros medicamentos: um relaxante muscular e um calmante.(A.C.)

Hospitais gerais aceleram reforma psiquiátrica

Especialistas contam em livro sua experiência no Hospital da Unicamp.

A experiência de dois psiquiatras da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp junto a um grande hospital geral, no caso o Hospital das Clínicas (HC) da própria Universidade, resultou na publicação de um livro considerado por especialistas como uma contribuição séria, real e prática no campo da saúde mental. Os autores — Neury Botega e Paulo Dalgalarondo — abordam aspectos referentes aos serviços psiquiátricos de internação e da interconsulta junto a diferentes ambulatórios e enfermarias, cujos pacientes apresentaram problemas psicológicos ou psiquiátricos. É uma tendência de vanguarda, preconizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), enquanto alternativa para substituir os asilos psiquiátricos.

Os asilos psiquiátricos surgiram na Europa do século 18. No Brasil, funcionaram durante muito tempo nos porões das Santas Casas de Misericórdia, onde os doentes mentais permaneciam em verdadeiros quartos-fortes. O atendimento era marcado pela mescla da exclusão, abrigo e punição. A partir deste século, no entanto, seguindo uma trajetória que inclui a atenção dispensada a ex-combatentes das guerras mundiais, os serviços psiquiátricos evoluíram e recentemente começaram a se difundir nos países mais avançados a denominada Unidade de Internação Psiquiátrica em Hospital Geral (UIPHG). Na América Latina, a primeira foi instalada no Peru, em 1941, e no Brasil surgiu na década seguinte, na Bahia.

"As UIPHGs representam uma proposta assistencial que se articula ao movimento mais amplo da reforma psiquiátrica. Propondo alternativas às internações prolongadas nos hospitais psiquiátricos tradicionais, essas unidades buscam evitar o hospitalismo, a cronificação, a perda de identidade, de vínculos sociais e da cidadania", diz Botega. Uma vez que perto de 35% das instituições brasileiras que formam psiquiatras contam com a vivência de hospital geral e apenas 2% do total dos leitos psiquiátricos encontram-se nas unidades de saúde mais complexas, aqui a experiência tem como ponto de partida as instituições de ensino superior que mantêm hospitais de clínicas e lideram a produção científica do país — como a Unicamp, a Universidade de São Pau-



O psiquiatra Neury: reabilitação social e profissional do paciente.

lo (USP), a Escola Paulista de Medicina (EPM) e a Federal do Rio Grande do Sul (UFRJ).

O trabalho na Unicamp — Nos serviços médicos a tendência tem sido, cada vez mais, a de incluir em sua rotina o trabalho de um profissional de saúde mental, garante o médico Neury Botega. Exemplo disso é o que ocorreu na Unicamp. Acompanhando a chegada do hospital ao campus, a enfermaria de psiquiatria foi inaugurada em dezembro de 1986, com 18 leitos. Logo conquistou espaço em outros setores do complexo hospitalar universitário, ao prestar atendimento junto ao Pronto-Socorro e serviços integrados a outras especialidades. Botega afirma que a interação na assistência aos doentes — como portadores de câncer e aids em fase terminal ou amputados em reabilitação —, resultou em benefícios aos docentes, aos alunos e pacientes, fato percebido em poucos hospitais brasileiros.

Em Saúde Mental no Hospital Geral - Espaço para o Psíquico, título do livro de Botega e Dalgalarondo, ambos relatam que vários estudos confirmam os benefícios terapêuticos e demonstram as vantagens do tratamento psicológico-psiquiátrico de pacientes internados em hospitais gerais. Por exemplo, maior aceita-

ção ao tratamento, recuperação mais rápida com menor tempo de permanência no hospital e melhores níveis funcionais. Além disso, menor utilização de serviços médicos e redução dos custos com assistência médica. Segundo os especialistas, no entanto, a manutenção de unidades de saúde mental em hospitais gerais tem sido condicionada à sua viabilidade econômica dentro da instituição.

Outras vantagens que ele enumera são que a estruturação e a prestação de serviço do próprio Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da FCM foram reformuladas, assim como o currículo tanto dos alunos da graduação como da pós-graduação, de forma a se integrarem aos novos conhecimentos e práticas médicas. Surgiram pesquisas conjuntas, nas quais são considerados os aspectos biológicos e psicossociais de pessoas com infarto do miocárdio, doenças de pele, com artrite reumatóide ou hipertensão arterial, por exemplo. "Quando se fazem pesquisas e atendimento integrados, o conhecimento se amplia e o departamento deixa de ficar isolado", avalia o docente.

Equipe de apoio — Ainda como reflexo da reforma e modernização da assistência psiquiátrica, os especialistas da área passaram a contar

com o apoio da equipe terapêutica multiprofissional, composta por psicólogos clínicos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, fisioterapeutas e enfermeiras. São profissionais do HC que se mostram receptivos a contribuir com a modernização na psiquiatria, devido à formação que prioriza a visão humanística. No que se refere à assistência dispensada a cada paciente, "ao invés de um processo vertical e autoritário de decisões, se propõe uma horizontalidade e a busca constante de consenso", explica Botega. A idéia de equipe multidisciplinar, de acordo com os autores do livro, também se articula à noção de multiplicidade de problemas, dificuldades e tarefas que a doença mental suscita.

"Não bastam o diagnóstico e o tratamento de condições clínicas agudas", afirmam os psiquiatras. É preciso trabalhar pela reabilitação social e profissional do doente, desenvolver diferentes formas de psicoterapia e, entre outras medidas, investir no trabalho com a família. Dizem os médicos que dessa forma "a atuação em equipe é, certamente, mais enriquecedora". Outro aspecto relevante do envolvimento multiprofissional com o doente mental na UIPHG é a avaliação mais completa do paciente psiquiátrico que apresente doenças físicas. Exames laboratoriais e equipamentos sofisticados permitem diagnósticos mais precisos. O psiquiatra descobriu, de acordo com Botega, que trabalhar no hospital geral é bem diferente da realidade vivenciada em hospícios, pois o especialista se vê diante de situações novas que requerem soluções que geralmente não dependem somente de medidas técnicas.

Botega pondera que "há doentes e doentes mentais. O trabalho que desenvolvemos na UIPHG tem um aspecto desestigmatizante, melhora a especificidade do atendimento, mas é apenas um dos recursos para alguém com doença mental. A passagem pelo hospital geral é simplesmente um pedaço da vida de uma pessoa e uma opção, dentro de uma rede de alternativas necessárias à atenção daqueles acometidos por doenças mentais".

Sabe-se que pelo menos 20% da população mundial têm algum grau de distúrbio que precisaria de atenção psicológica ou psiquiátrica — como depressão, ansiedade ou alcoolismo —, enquanto os casos mais graves atingem entre 3% e 5% da população. Esses dados vêm ao encontro do que se observa no HC da Unicamp. Recente pesquisa desenvolvida por Botega e Dalgalarondo, junto à enfermagem geral de adultos, revela que cerca de 28% dos pacientes internados apresentam distúrbios de natureza afetiva. (C.P.)

O pão nosso de cada dia

Tese resgata o imaginário de antigos padeiros de Belém do Pará.

A massa era batida a muque. O modelamento feito à mão. A farinha, reconhecida pelo cheiro. O fermento produzido artesanalmente. Assim era a confecção do pão nas padarias de Belém do Pará, nos anos 40. Padeiros e forneiros se revezavam na produção do "pão nosso de cada dia". Uma das profissões mais antigas da humanidade, o padeiro sentia orgulho de "ter o peso do pão na mão". Não havia toda a maquinaria e a tecnologia comuns às padarias dos centros urbanos atuais. Nelas, o forno à lenha é mais uma lembrança na memória das pessoas.

O resgate desse período é o pano de fundo da tese de mestrado da professora Edilza Joana Oliveira, chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Pará. A tese "O pão nosso de cada dia: um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos 1940 a 1954", orientada por Cláudio Batalha, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, foi defendida no final do mês passado. Com esse trabalho de fôlego, o padeiro tem sua história reescrita pela pesquisadora, que se preocupou também em recuperar toda uma memória social da época, através do depoimento de 48 pessoas com idade entre 60 e 91 anos.

Suor e trabalho — O cotidiano dos padeiros e forneiros da década de 40 e 50 era feito de muito suor e trabalho. Na verdade, esses profissionais até mesmo dormiam nas padarias para dar conta de uma jornada que se estendia às vezes por 16 horas diárias. Apesar disso, os padeiros e forneiros entrevistados mostraram orgulho do trabalho que desempenhavam e da "ciência" que detinham para a produção do pão.

Com a técnica de história oral e entrevistas em profundidade com duração média de 4 horas, que resultaram em cerca de 60 a 100 páginas datilografadas, por pessoa, a professora Edilza consegue redesenhar hoje a memória social do trabalho e da vida desses artesãos. Seu objetivo inicial era descobrir como se dava o processo de trabalho desse ramo de produção, as relações com os patrões e com a legislação trabalhista recém-implantada, o processo de aprendizado do ofício e o porquê dessas profissões se constituírem como "masculinas".

O resultado foi, porém, bem mais amplo. Não só deu uma dimensão real às questões levantadas como permitiu reaver até mesmo traços físicos e culturais da cidade. Além das entrevistas, os jornais de época como *O Liberal*, *O Estado do Pará*, *Província do Pará* e *Vanguarda*, foram fontes de documentação importantes para compor o retrato pessoal e social desse segmento da força de trabalho da época. Pela primeira vez foi realizado um trabalho sistemático de análise sobre os processos de reclamações trabalhistas de 1938 a 1954, material que se revelou precioso no decorrer da investigação. Ela se debruçou sobre 188 processos envolvendo padeiros e forneiros.

O dia-a-dia do padeiro era longo e extenuante. Praticamente inexistia descanso. Muitos deles moravam na própria padaria, chamada de "chato". Essa situação terminava por estabelecer uma relação muito próxima com a família do patrão, o que possibilitava também maior controle do trabalho executado.

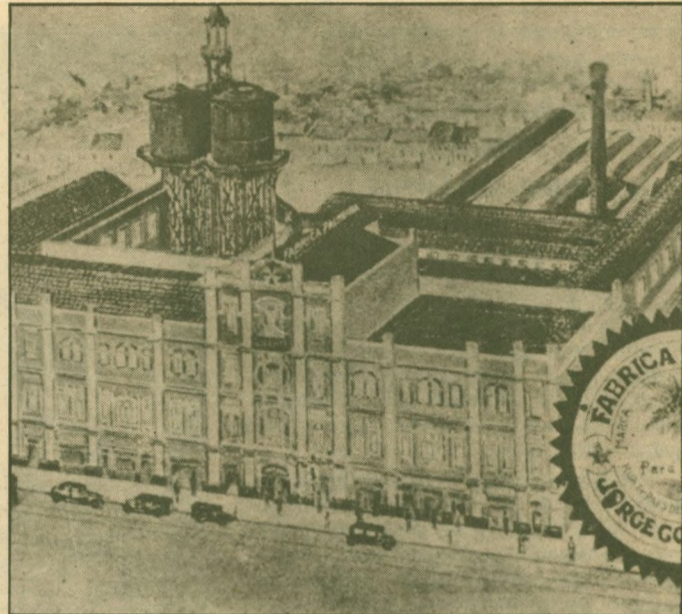
De pai para filho — Normalmente, de acordo com a pesquisadora, os aprendizes de padeiro começavam a trabalhar ainda adolescentes, a partir dos 12 anos. O ofício era ensinado de pai para filho. O padeiro ficava a maior parte do tempo na padaria e era também o responsável pela entrega do leite nas casas. Levantava às 4 horas da manhã para esperar o pão "tu-



Edilza: recuperando a memória social do padeiro.



Fornos elétricos: tecnologia e saudosismo.



Fábrica Palmeira: padaria para os funcionários.



Padaria da década de 40: extensão do lar.

far" (crescer). Com isso, a relação com o núcleo de sua própria família era via de regra conflituosa. "Frequentemente as mulheres de padeiro chifravam os maridos. Isso fazia parte do imaginário cultural da época", conta Edilza.

As mulheres que no século 19 detinham a produção doméstica do pão foram excluídas de seu fabrico quando este passou a ser feita em espaço público. A expropriação do trabalho da padeira pelo homem é também objeto de análise da historiadora. Segundo ela, embora o discurso para explicar a saída da mulher da profissão fosse "a falta de força para bater a massa", na verdade essa masculinização da profissão deve-se mais ao "machismo" do homem que não permitia que a mulher trabalhasse fora de casa. "A mulher foi excluída não por ausência do saber mas pela imagem construída, na época, de que era pecadora, devassa, desorganizada e indisciplinadora da produção. Passa a ser vista como objeto de desejo do patrão. Era, na verdade, o imaginário feminino na cabeça dos homens", observa a pesquisadora.

As reclamações trabalhistas mais presentes nos processos de que se tem registro no trabalho dos padeiros, davam conta de queixas contra a longa jornada de trabalho, a ausência do descanso dominical e remunerado, o não-cumprimento da legislação de férias e o não-

pagamento de hora-extra. Ainda assim, esses profissionais tinham gosto pelo trabalho que executavam e se sentiam orgulhosos de deterem o saber da confecção do pão. Ao contrário do que acontece hoje, quando o patrão pode, se necessário, operar as máquinas, nesse período, dado o caráter artesanal da produção, o conhecimento da técnica do fabrico da massa era uma arte de difusão restrita.

O controle do saber — O fermento para o crescimento do pão era produzido pelos próprios padeiros. Cada um detinha sua receita. Conheciam a farinha pelo cheiro. O pão era modelado à mão. O forno não tinha termômetro. Para saber quando o pão estava pronto, o padeiro olhava para o céu do forno. Se estivesse cinza era a hora de retirar o pão. Cada padeiro amassava, em média, no muque, de cinco a seis sacas de 50 quilos por dia. Tinham o controle do processo de produção. Sabiam que o patrão não poderia prescindir de sua ajuda.

Em sua tese, além de resgatar todas as etapas de confecção do pão, a historiadora paraense mostra como essa arte foi se perdendo. "Ao longo do tempo, com a introdução das máquinas, o padeiro vai se desqualificando e perdendo sua identidade. Deixa de ser imprescindível. A modernização tecnológica não leva em consideração o homem, mas somente o acúmulo de ca-

pital", explica a pesquisadora, que questiona: "Que modernidade é essa que vai desenraizando as pessoas e tratando o homem como um bagaço de laranja, promovendo a quebra de sua identidade?"

Memória social — Por atuarem também na entrega domiciliar do pão e do leite, os padeiros terminavam por percorrer diariamente as ruas da cidade. Eram verdadeiros andarilhos. Com isso, tinham uma memória social de Belém. Percebiam como era a divisão do espaço geográfico, a arquitetura das casas e o traçado das ruas. Pela memória desses profissionais é possível identificar o processo de urbanização da cidade, a abertura de avenidas e a construção de praças. No universo e no imaginário dos padeiros e forneiros, um pouco de Belém da década de 40 e 50 pode ser revisitada.

Com mais de meio século de história para contar, os padeiros e forneiros são naturalmente saudosistas. Não identificam a vida atual como a deles. Têm uma relação mítica com o passado que assume uma conotação idílica. No mundo moderno dos fornos elétricos, não encontram mais seu espaço social. Por isso vivem de contar histórias, a história e a trajetória de uma categoria profissional, que o tempo "sou" — como o pão — e transformou em peças da era tecnológica. (G.C.)

REFRESQUE-SE!

Onde?
Sei Lá
sorvetes naturais

acerola - limão - nata c/ laranja - morango
chocolate branco - torrone - goiaba - nozes - abacaxi
maracujá - cereja - passas - côco - pêssego - etc...



CHEQUE P/ 10 DIAS
10% DE DESC. EM
SETEMBRO

Av. Santa Isabel, 326 - Barão Geraldo



A semana toda
a melhor comida
da região

À noite a melhor picanha da região,
acompanhada de arroz, fritas e salada.

PREÇO
ESPECIAL

SERVIMOS TAMBÉM PORÇÕES,
CERVEJAS, CHOPES, ETC.
PIZZA DE 6ª A DOMINGO.
VENHA COMPROVAR!

Aceitamos todos os tipos de tickets

Av. Dr. Romeu Tórtima, 165 - Barão Geraldo - F: 39-1484

A política na esteira das epidemias

Tese mostra que combate às doenças era permeado pela troca de favores.

Durante a transição da Monarquia para a Primeira República brasileira, nem mesmo o setor de saúde escapou dos interesses políticos, já na época viciados pela troca de favores. Envolvendo pactos coronelistas municipais e estaduais com a oligarquia do poder central, as conveniências, no entanto, indiretamente contribuíram para a erradicação da febre amarela que assolava o país.

É o que observou o médico sanitário Rodolpho Telarolli Junior, ao recuperar elementos da história política e o debate em torno da formação dos serviços sanitários no Estado de São Paulo entre 1889 e 1918. Ele constatou, por exemplo, que até 1896 predominou o modelo municipalizante dos serviços para o setor. A partir de então, saiu vencedor o pragmatismo das oligarquias cafejeiras em defesa de seus interesses imediatos, resultando na estadualização das ações de saúde. É esse o contexto de seu trabalho de doutorado pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, recentemente apresentado junto ao Departamento de Medicina Preventiva e Social.

Fatos da história do Brasil sempre despertaram o interesse de Rodolpho, que se graduou pela Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto, e que, posteriormente, enquanto funcionário da Secretaria Estadual de Saúde, participou da implantação do Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). Somando os dois aspectos — a paixão pela história e a profissão escolhida —, ele desenvolveu um trabalho na pós-graduação que, fugindo um pouco ao espectro das teses de medicina, privilegiava sobretudo o contexto histórico social da questão da saúde.

Como resultado, é a primeira vez que nos meios acadêmicos uma tese demonstra como a organização das práticas e serviços sanitários obedeceram à mesma lógica da formação do estado político republicano. Ou seja, que as normas de saúde coletiva definidas para o combate e controle de epidemias estavam em consonância com os padrões das lideranças municipais, estaduais e da esfera federal. Por exemplo, mediante a troca de favores e conforme os interesses oligárquicos, eram priorizadas obras como a construção de hospitais de isolamento, depositários dos doentes em estado terminal. A então denominada polícia médica é quem determinava a internação compulsória, que, no imaginário popular, era considerada sinônimo de morte.

Economia, política e tecnologia — Esses três aspectos foram, por assim dizer, dissecados no trabalho de pesquisa do médico. Do ponto de vista econômico, segundo Rodolpho, o complexo cafejeiro vivia o grande auge. Confrontava-se, no entanto, com diferentes epidemias — a febre amarela sendo a pior delas, a varíola, a febre tifóide e o cólera em grau menor. A febre amarela, que pela primeira vez foi registrada no Brasil, em Recife, no século 17, aportava novamente em 1889, em Santos, procedente dos Estados Unidos e do Caribe. Passados dois anos, ou seja, em 1891, a doença atingia Campinas e se disseminava pelo interior do Estado de São Paulo. Extinta em sua forma urbana em 1904, ainda hoje existe na forma silvestre, em outras regiões do país.

O médico explica que, economicamente, a febre amarela atrapalhava o desenvolvimento da cafeicultura brasileira, a começar pela entrada dos imigrantes através do porto de Santos, onde os casos suspeitos eram mantidos em observação ou até mesmo tinham vetada a sua entrada no país. De lá, os estrangeiros aparentemente sadios seguiam para o interior paulista em busca de trabalho nas fazendas de café, principalmente as localizadas nas regiões de São Carlos, Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara, considerados importantes pólos cafejeiros da época. Mesmo diante do desconhecimento da etiologia ou dos mecanismos da doença, “a defesa do fluxo de imigrantes estrangeiros, garantindo a mão-de-obra indispensável para o café, foi um aspecto da dinâmica demográfica que esteve sempre presente para o poder estadual, dos legisladores aos técnicos dos serviços sanitários”, avalia o médico.

A expansão da rede ferroviária também desempenhou papel fundamental nas atividades do complexo cafejeiro, acabando por modificar radicalmente o cotidiano do interior a partir do momento em que reduziu o seu isolamento, afirma Rodolpho. Iniciada no período monárquico, a construção das ferrovias tomou impulso em 1890, porém agravando a epidemia da febre amarela, numa associação que não demorou muito para ser percebida pelas autoridades sanitárias.



Rodolpho Telarolli: políticas de saúde definidas em função do poder econômico.

Moldes federalistas — Com os excedentes da imigração nessa cultura, acentuava-se então a urbanização do Estado de São Paulo, fazendo emergir a disputa política por um eleitorado que, na época, representava 6% do total da população. De acordo com o pesquisador, foi entre os governos de Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902) que essas disputas definiram o padrão da oligarquização do poder. Politicamente, a organização do estado republicano federalista definia as relações do governo central com os estados, mediante a coroação do modelo concentrado nas mãos de poucos.

“Sua correspondência nas relações estado-municípios estava no ‘pacto coronelista’, através do qual a troca entre os poderes estadual e local estendia aquela oligarquização aos municípios”, constatou o médico. A tradição de municípios financeiramente frágeis e dependentes do auxílio de recursos do tesouro estadual ficava mantida pela Constituição federal de 1891.

“Mesmo as pequenas obras e benfeitorias eram realizadas com recursos estaduais e intermediadas pela liderança local, que se tornava credora dos chefes estaduais, oferecendo a contrapartida do apoio político. A ação sanitária estadual, quer fosse através de comissões sanitárias ou com obras de saneamento, nunca fugiu a essa regra, sendo inclusive objeto de barganha com as oligarquias locais”, revela. Era nessa intrincada relação de poder, como ele define, unindo estado e municípios, que se encontrava a chave do modelo administrativo progressivamente estadualizante dos serviços sanitários na Primeira República; isso sob uma situação oligárquica e autoritária, em que se passavam as atribuições sanitárias aos municípios, mas sem a correspondente transferência de recursos financeiros.

O modelo tecnológico — As ações de saúde e saneamento organizadas a nível estadual, fundamentais para a eficácia dos serviços médicos na luta contra a febre amarela, permaneceram praticamente inalteradas até 1911. Entretanto, no decorrer das duas décadas em que se disseminou a forma urbana da doença, também para combater outras epidemias as autoridades de saúde pública seguiram o hoje denominado modelo tecnológico campanhista policial. Na prática, as medidas de polícia sanitária (fiscalização da alimentação, isolamento hospitalar dos doentes e desinfecções) eram combinadas com as ações de controle da salubridade urbana (instalação de redes de água e esgoto, fiscalização da higiene domiciliar ou de vias públicas, por exemplo).

Pela avaliação do médico sanitário, tecnologicamente eram atividades embasadas nos conhecimentos da bacteriologia que começava a despontar na época. O objetivo imediato era o controle da transmissão e do contágio das doenças, através de ações sobre a circulação e a melhoria da qualidade do ar, da água e do solo. Precárias eram as condições de vida, com cortiços espalhados por todas as localidades, cidades sujas e sem qualquer saneamento. Inclusive em Campinas, Santos e na capital paulista, então as principais localidades do Estado, esgoto escorria pelas sarjetas. Nos hospitais, em todo o Estado de São Paulo, a alimentação era deficiente e, pela própria inadequação, os cuidados não podiam ser melhores do que manter num mesmo prédio os doentes graves, com as gestantes e as puérperas.

Nem sempre os médicos e cidadãos que se dedicavam ao combate das epidemias contavam com o apoio da população. Em 1904, por exemplo, a campanha de saneamento e de vacinação antivariólica resultou em revolta popular, no Rio de Janeiro, ao contrário do que ocorreu em São Paulo. Na tentativa de reduzir a insalubridade detectada perante a urbanização progressiva, uma das providências foi a regulamentação das habitações urbanas, com repressão aos cortiços e a construção de habitações populares. Mesmo com a extinção da febre amarela urbana em meados deste século, a transferência de atribuições aos municípios seguia sem o acompanhamento de reformas tributárias, reforçando a dependência com os compromissos do pacto coronelista.

A mortalidade — Indiretamente, por mecanismos não previstos inicialmente, se erradicava a doença que, sozinha, de 1889 até 1897, provocou no Estado de São Paulo o maior número de mortes, seguida da tuberculose. Curiosamente, foi somente depois da Revolução de 1930 que essa doença mereceu a atenção do poder público. Por trás estavam também aspectos políticos e, principalmente, econômicos. Ao contrário da febre amarela, a tuberculose não era endêmica, mas crônica, matava devagar e em geral pessoas pobres. Não desestabilizava, portanto, a economia e a administração do país. Houve casos em que, no início do século, as representações municipais eram transferidas para vilarejos onde ainda não havia sido detectada a febre amarela, vista pelos detentores do poder somente pela lógica política e econômica, nunca epidemiológica.

De acordo com os dados que o médico sanitário colheu, entre 1890 e 1899 as doenças transmissíveis foram responsáveis por 25% da mortalidade na capital paulista, sendo que no Estado como um todo o índice chegou a 35%. Somente no ano de 1896 a febre amarela causou 36% das mortes por doenças transmissíveis no Estado de São Paulo, quando se espalhou pelo interior, sendo 10% o percentual para os óbi-

tos na última década do século passado. O estudo de caso que Rodolpho realizou com dados de Araraquara demonstra que, entre 1895 e 1898, houve perto de 800 óbitos em decorrência da febre numa população de quase 4 mil habitantes, a maior parte dos quais imigrantes italianos, portugueses e espanhóis. Outra cidade estudada foi Santos, onde ele constatou que entre 1889 e 1896 houve quase 7 mil mortes pela febre amarela, numa população próxima de 25 mil pessoas.

Material pesquisado — Entre outros periódicos, as fontes de pesquisa do médico foram os *Relatórios Anuais ao Presidente do Estado de São Paulo*, do *Secretário de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* e do *secretário do Interior*. Consultou também os jornais *O Estado de S. Paulo*, considerado o melhor informativo republicano; o *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP); e o monarquista *O Comércio de São Paulo*. Cada periódico, com tiragem média, na época, de três mil exemplares, dedicava boa parte de suas páginas às notícias de caráter científico e sanitário.

A época pesquisada pelo médico sanitário é considerada das mais expressivas em termos de atuação dos profissionais da saúde, devido às situações que ocorreram no período. Por exemplo, em 1893 houve um surto de cólera na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo. Pesquisadores tentavam desvendar patologias como a malária, a varíola, o cólera, desintérias e a febre tifóide. Diante da situação calamitosa, entravam em cena médicos do porte de Adolfo Lutz, Emílio Marcondes Ribas, Pereira Barreto, Vital Brazil e Oswaldo Cruz. Para dar suporte às suas investigações, surgiam na capital paulista os hoje centenários Instituto Soroterápico do Butantã e Instituto Bacteriológico (atual Instituto Adolfo Lutz) — os primeiros centros de pesquisa brasileiros. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi criado o Instituto Manguinhos, hoje denominado Instituto Oswaldo Cruz. (C.P.)

VOCÊ PENSA QUE ESTÁ LONGE DA COMIDINHA CASEIRA?

Enganou-se.

CABS Lanchonete

Oferece a você a melhor comida caseira, todos os tipos de lanches e sucos naturais. Se você não acredita, venha conferir.

(Prédio da Eng. Elétrica) Unicamp - F: 39-1155

No rastro do discurso fundador

Frases de efeito histórico têm muito a ver com o imaginário social.

Desvendar os sentidos do enunciado a partir do lugar onde ele foi criado é parte do trabalho dos lingüistas envolvidos com a análise do discurso. É através da linguagem que se percebe como os sentidos vão se construindo. A análise dos processos discursivos na configuração da brasilidade ("identidade nacional"), tendo como objeto de pesquisa o discurso fundador é o tema central do livro organizado pela lingüista Eni Orlandi, professora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, intitulado *Discurso fundador — a formação do país e a construção da identidade nacional*.

"Em se plantando tudo dá", "Independência ou Morte", "Terra do jeitinho", "Deus é brasileiro" e "Os índios são indolentes" são alguns exemplos de um discurso que há séculos ou décadas permeia o imaginário popular. Analisar a influência desses discursos na cultura do brasileiro e saber como e porquê eles são construídos tem sido a tarefa de um grupo de pesquisadores do IEL, que sob a coordenação de Eni Orlandi, desenvolve um projeto nessa área desde 1987.

Segundo a pesquisadora, o discurso fundador "são dizeres que se estabilizam, produzindo efeitos de identificação na memória nacional. Não interessa sua forma precisa, nem se são verdadeiros ou não, o que vale é que eles passam a ser parte do nosso quadro de referências. São parâmetros para a identificação dos traços de brasilidade", explica.

Imagens construídas — Ao analisar, em trabalho realizado em 1992, o enunciado "Em se plantando tudo dá", formulado por Pedro Vaz de Caminha, em sua famosa carta ao rei de Portugal, D.



Eni: análise do discurso que permeia o imaginário popular.

Manuel I, Eni verificou que, no texto original, a forma real é: "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo". Surpresa com a diferença entre os dois dizeres, e tendo como base a teoria de análise de discurso, na qual é especialista, concluiu que não é o enunciado em sua forma empírica que fica na memória mas a sua imagem enunciativa, ou seja, sua forma histórica.

Esse exemplo mostra, de acordo com a pesquisadora, que, na análise do discurso fundador, é necessário ter em mente que "em se tratando do simbólico a memória não tem de ser fiel, nem caminha em linha reta". Segundo ela, a relação entre o real e o imaginário das pessoas é construído de forma indireta e permeada por fatores histórico-contextuais.

O discurso fundador é, portanto, parte do "imaginário social do ser brasileiro. O que funciona em nossa memória lingüística, na identidade social, são as imagens construídas para nossa relação com a língua portuguesa, nossa versão brasileira dessa relação", explica a pesquisadora, para quem a riqueza da língua brasileira também contribui para essa polissemia (múltiplos significados de uma mesma palavra).

Múltiplos sentidos — Através de procedimentos de análise do discurso, Orlandi percebe, no objeto estudado, os seus deslocamentos de sentido. Tenta buscar na relação da língua com a história os processos que vão construindo o lugar em que se tem o sentimento de identidade nacional.

Na opinião da pesquisadora, a questão da identidade nacional torna-se mais difícil para o brasileiro e, em geral para os povos co-

lonizados como o nosso, devido à construção específica de sua história. "A fala de fora para dentro é a do colonizador", afirma Eni, para quem a organização dos sentidos é trabalho ideológico.

É necessário, então, desfazer a noção de que as idéias têm um lugar. As idéias, na verdade, têm múltiplos lugares e, assim mesmo, seus lugares não são absolutos, mas relativos a sua história. A linguagem e a construção dos sentidos é sempre política, garante. Em seu livro *Terra à Vista*, editado em 1990 pela Cortez, em coedição com a Editora da Unicamp, ela já havia abordado a questão do silenciamento do brasileiro a partir do colonizador.

Quando se diz que o brasileiro não tem identidade, e tal afirmação passa pelo senso comum do cidadão, trata-se, na verdade, de mais um discurso social construído historicamente. "A história, com seus discursos oficiais,

são sítios de interpretações. E é justamente a interpretação que procura congelar os sentidos. Não se trata, portanto, de resgatar a história, porque a palavra resgata tem um sentido de apagamento e o discurso está sempre produzindo efeitos. Através da análise do discurso é possível reaver um pouco da história, do outro lado da história", observa.

Projeto com alunos — O livro *Discurso fundador*, organizado por Eni Orlandi é, na verdade, um dos resultados do trabalho conjunto que desenvolve com alunos de doutorado do IEL e professores da área, tendo como tema central "Discurso, significação, brasilidade". O projeto tem também como objetivo criar um fórum de discussão com os alunos.

No livro, as mais variadas formas do discurso são analisadas por esses alunos-pesquisadores, muitos deles professores de outras instituições brasileiras. Apenas os artigos "Sentido, sujeito e origem", do francês Paul Henry, e "Independência e morte", de Eduardo Guimarães são produções de professores.

Os demais textos, todos de autoria de alunos, são os seguintes: "Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)", de Bethania Sampaio Corrêa Mariana, "Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua", de José Horta Nunes, "A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador na afirmação no negro no Brasil", "A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro", de Maria Cristina Leandro Ferreira, "Ser brasileiro hoje", de Luiz Francisco Dias, "A fundação de um destino para a pátria argentina", de Maria Teresa Celada, "Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua", de Silvana M. Serrani e "Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações", de Mônica Graciela Zoppi Fontana. (G.C.)

Pequenos jornais jogam luz sobre o século 19

Periodismo acadêmico reunia nomes como Alencar, José Bonifácio e Álvares de Azevedo.

Em 1847 surgia em São Paulo um jornal de variedades científicas e literárias que iam da história à jurisprudência, da filosofia às narrativas de viagem, da poesia à crônica, do conto à charada. Entre seus colaboradores contava com nomes como José de Alencar, Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, José Bonifácio, o moço, entre outros — todos alunos da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo e ainda desconhecidos do grande público. *Ensaio Literário* era o nome do jornal, hoje objeto de dissertação de mestrado de Hélder Garmes, recentemente apresentada junto ao Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, sob a orientação do professor Luiz Carlos da Silva Dantas.

"Os ensaios literários (1847-1850) e o periodismo acadêmico em São Paulo de 1833 a 1860" estuda não apenas esse jornal específico, mas também a história do publicismo literário estudantil praticado na Academia de São Paulo durante a consolidação do Romantismo. É preciso ressaltar que a coleção desse periódico literário jamais foi estu-

dada e "nem mesmo sabia-se que havia contado com a colaboração de tantos escritores de relevo", diz Hélder.

O periódico mensal *Ensaio Literário* se insere, segundo o pesquisador, numa longa tradição de publicações estudantis da Academia de São Paulo, e é no interior dessa tradição que pode ser melhor compreendido. "As publicações acadêmicas, científicas e literárias foram uma categoria distinta de periódicos que não corresponde a qualquer gênero puro de periodismo do século XIX brasileiro, mas que difere do publicismo político, da grande imprensa e mesmo do de variedades", explica. Eram em geral pequenos jornais que se pautavam pelo cotidiano acadêmico, e seu conteúdo mantinha vínculos estreitos com os interesses dessa comunidade.

Associações estudantis — Naquele tempo, a maioria das publicações acadêmicas era editada por associações de estudantes. Segundo Hélder, o *Ensaio Literário* não teria existido não fosse o espírito gregário de que estavam imbuídos os seus colaboradores. "Foi a presença de uma vontade agremiativa que inspirou a turma de 1846 a criar o Instituto Literário Acadêmico, associação estudantil que publicava o periódico e que cumpriu papel importante na revitalização e na renovação do espírito do associativismo, espírito que teve sua pedra fundamental em 1833 com a Sociedade Filomática",



Hélder: estudo sobre publicações do século passado.

diz o pesquisador.

Esse mesmo espírito gregário, no final da década de 1860, iria interferir no reforço de várias disciplinas do currículo acadêmico, fazendo com que os estudantes se tornassem efetivos agentes transformadores do ensino no Império.

A história e o funcionamento dessas pequenas instituições, no século XIX, ganham uma descrição detalhada no trabalho de Hélder.

Tanto *Ensaio Literário* como outras publicações acadêmicas de meados do século XIX foram res-

ponsáveis pela formação de um lugar privilegiado para o debate e a produção literária, fazendo com que a Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo funcionasse também como uma academia de belas artes. "Além dos Alencares e Azevedos, circularam por ali também Joaquim Felício dos Santos, Francisco Otaviano, Cardoso de Menezes, Silveira de Souza e muitos outros", diz.

Nesse sentido, a pesquisa de Hélder traz importante contribuição também para a recomposição bibliográfica da obra de alguns autores como, por exemplo, Bernardo Guimarães. Nos anexos da dissertação se encontram reproduzidos dois poemas que não constam em suas obras completas e um longo texto crítico sobre a poesia brasileira, todos da lavra de Bernardo Guimarães. Além desses, vários outros textos que interessam à história do romantismo no Brasil encontram-se reproduzidos no trabalho.

Hélder conclui, pelo trajeto que desenvolveu através dos periódicos acadêmicos, que o estudo do período romântico da literatura brasileira muito ganha com a existência desses prêmios literários. Ele acha, mesmo, que a quantidade e a diversidade do material existente pede com urgência o empenho de outros pesquisadores literários e de outras áreas da cultura, para que se possa montar um quadro mais nítido da produção letrada desse momento em São Paulo. (A.R.F.)

Tese radiografa revistas femininas

Publicações refletem o que se esperava da mulher brasileira nos anos 40 e 50.

A mulher ideal é aquela que é carinhosa em casa e austera fora dela; se ela desconfia da infidelidade do marido deve redobrar seu carinho e as provas de afeto. A mulher tem a obrigação de embelezar-se para o marido, que é o homem mais importante de sua vida. O casamento tem uma beleza incomparável e merecida, da mulher, alguns sacrifícios. O fundamento da prosperidade doméstica é a mulher, que indica, com a luz do seu olhar, o caminho do amor e da felicidade àqueles que a rodeiam.

Conceitos desse tipo impregnavam os mais importantes periódicos femininos das décadas de 40 e 50, como por exemplo a revista *Jornal das Moças* (1945-1960), e avançavam pelo início da década de 60 veiculados por publicações como *Cláudia* (criada em 1961 e ainda hoje em circulação, embora com uma nova orientação editorial). Um dos temas mais frequentes em suas páginas era a felicidade e a harmonia conjugais, "a mais visada ambição de todas as mulheres e das boas esposas", como apregoavam ambas as publicações.

"Durante décadas as revistas femininas educaram gerações para a busca de um determinado tipo ideal de felicidade conjugal", diz a pesquisadora Carla Bassanezi, do Núcleo de Estudos de Gênero "Pagu", do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Um ideal proposto como único e universal e que colocava a satisfação do marido como a preocupação central das mulheres criadas para serem "boas esposas".

Limites de moral — Em seu trabalho intitulado "Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)" — baseado



Carla: revistas e o ideal de felicidade conjugal.

em sua tese de mestrado em história social (1992) e publicados no *Cadernos Pagu* nº 1, 1993 — Carla analisa o discurso das revistas e suas mudanças ao longo do tempo diante do problema da manutenção dos casamentos e da dominação masculina nas relações homem-mulher. Segundo a historiadora, as revistas, considerados principais periódicos brasileiros na época, penetravam no espaço doméstico e atuavam basicamente como guias de ação, de conselhos, companheiras de lazer e de

escape. *Jornal das Moças*, por exemplo, se vangloriava da tradição de ser "o arauto das coisas boas que só a família poderia proporcionar, dos ensinamentos que só os pais dariam a seus filhos". Através de seus textos, fazia questão de manter-se nos limites da moral e dos bons costumes, assim como estar sempre de acordo com o bom senso. Claramente a favor da família estável, dentro dos moldes mais tradicionais, considerava que a prioridade da vida feminina deveria ser o lar.

As mulheres que fugiam dos padrões eram consideradas rebeldes, corriam o risco de ser estigmatizadas pela sociedade, tachadas de levianas ou malfaladas. Eram publicações bastante populares, de grandes tiragens, com uma linguagem de fácil assimilação. Nesse trabalho, a pesquisadora mostra quais eram as representações do masculino e do feminino do ideal de felicidade imposto às mulheres, e dos preceitos morais dos quais era difícil escapar. As mulheres eram definidas a partir dos papéis femininos tradicionais — prioritariamente mães, donas-de-casa e esposas, vivendo em função do outro, o homem — e das características consideradas próprias das mulheres englobadas no termo feminilidade: pureza, doçura, resignação e instinto materno.

A boa esposa, de acordo com o modelo das revistas, não se dava o direito à discussão, nem mesmo o hábito de se queixar. São inúmeros os artigos e matérias veiculados pelas revistas colocando os desejos da esposa em função do homem, aconselhando que as mulheres não deveriam aborrecê-lo com o que tratavam por "manias" e "futilidades", queixas e discussões. Aos pais de família, segundo as revistas, caberia sustentá-la com seu trabalho, enquanto que as esposas deveriam se ocupar das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos e principalmente da atenção ao marido. "Com isso o casamento definia direitos e atribuições distintas com relação aos gêneros traduzidos em desigualdades e dominação da mulher pelo homem", explica Carla.

Satisfação — Por outro lado, apesar de valorizarem o amor conjugal, as publicações eram unânimes em afirmar que só o amor, ainda que de acordo com as convenções morais, não bastava para garantir a harmonia do casamento. *Jornal das Moças*, segundo Carla, oferecia um aspecto peculiar de felicidade matrimonial: em todos os textos — inclu-

sive nos contos — o homem era sempre colocado como o centro das atenções e dos cuidados, às vezes excessivos, da esposa. "O bem-estar dos filhos, especialmente o do marido, era o ponto de referência para haver felicidade no lar", diz a historiadora.

Os conselhos e dicas do *Jornal das Moças*, anos 50, dirigidos às leitoras, enfatizavam, por exemplo, como fazer com que o marido se sentisse feliz no casamento, e não a mulher, constantemente colocada em segundo plano na hierarquia familiar. "A felicidade da esposa era mera consequência da satisfação do marido", revela a pesquisadora.

No caso de traição do marido, por exemplo, o procedimento correto da boa esposa seria de reconquistá-lo sem escândalos ou cenas de ciúme — perdão incondicional, silêncio e sacrifícios para manter sempre a família unida. Tanto *Jornal das Moças* quanto *Cláudia* chegavam a aconselhar a suas leitoras que evitassem comentários desfavoráveis a seu respeito e mantivessem sempre uma boa reputação: a mulher casada, mais que a solteira e descompromissada, está sob a mira do julgamento social e deve se mostrar honesta e fiel ao marido.

Para a revista *Cláudia*, problemas conjugais deviam ser tratados como crises passageiras, onde, em nome do amor, os obstáculos poderiam ser superados. O peso da responsabilidade pela harmonia conjugal nos anos 60 já não recaía unicamente sobre os ombros da esposa; era dividido com o marido, embora não equitativamente. Um tom mais feminista era dado por Carmem da Silva, uma voz dissonante no corpo redatorial de *Cláudia* da época. Entretanto, suas idéias já representavam e correspondiam, de certa forma, a outras possibilidades daquela segunda metade dos anos 60, como se anunciasses mudanças que estavam por vir. (A.R.F.)

Pagu inspira núcleo de estudos de gênero

Grupo articula-se em torno de revista que tem Patrícia Galvão como símbolo.

Assuntos como família e as múltiplas formas de sociabilidade humana, que sempre estiveram na alça de mira dos cientistas sociais, têm na Unicamp um fórum de discussão específico: o Núcleo de Estudos de Gênero "Pagu". Batizado assim em homenagem a Patrícia Galvão, musa renovadora dos padrões de feminilidade dos anos 20 e 30, o núcleo funciona anexo ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e foi criado em 27 de julho de 1991. A novidade é que os estudos desenvolvidos por seus integrantes podem agora ser encontrados numa publicação própria, os *Cadernos Pagu*.

A publicação tem por meta discutir questões de gênero que há tempos existem nas teorias sociais mas adquiriram importância nas últimas décadas, mais precisamente com o advento do movimento feminista, quando a antropologia finalmente buscou compreender o modo como as diversas formas de discriminação e de opressão fincam suas raízes na trama da cultura. Coincidência ou não, o "Pagu" tem como precursor um elenco todo feminino: as antropólogas Adriana Piscitelli, Mariza Corrêa e Suely Kofes, as sociólogas Ana Goldani e Clécia Floresta (Universidade Fede-

ral de Uberlândia), as historiadoras Carla Bassanezi, Karla Bessa (Universidade Federal de Uberlândia), Leila Mezan e Margareth Rago, além das educadoras Arilda Ribeiro (Universidade Estadual Paulista) e Susana Moreira. A participação de colaboradores, no entanto, não está restrita a mulheres.

Desde que relacionados com o temática de gênero, os *Cadernos Pagu* aceitam artigos e ensaios de pesquisadores do Brasil ou do exterior, cuja publicação está condicionada, entretanto, a parecer de um grupo de referêncios e à avaliação do conselho editorial. Os textos, de até 30 laudas, devem estar acompanhados de resumos em inglês e português, com sete linhas no máximo. Os assuntos são divididos em cinco eixos — experiências femininas no campo da educação; experiências na produção artística, literária e científica; experiências de mulheres das elites; experiências afetivas e sexualidade; e experiências amorosas transgressivas: os crimes de sedução.

De circulação semestral, a nova publicação traz artigos que transitam por caminhos que possibilitam pensar nas diferenciações baseadas no imaginário sexual. As edições trazem ainda a proposta de colaborar com outros periódicos na difusão de reflexões que contribuam para o desenvolvimento do debate em torno do tema gênero. Há a intenção, além disso, em abrir as páginas da revista à produção de outros centros. Exemplo dessa oportunidade de interação é o projeto entre o Núcleo de Estudos de



A escritora e animadora cultural Patrícia Galvão: feminilidade.

Gênero "Pagu" e a organização não-governamental Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Aditepp), com sede em Curitiba, Paraná.

Trata-se de um trabalho de colaboração que visa estabelecer a troca de conhecimentos relacionados à reflexão das relações de gênero em setores populares. Essa interação permitiu ao "Pagu" iniciar uma articulação entre a academia e a comunidade, sendo que no contexto do projeto a troca de experiências deverá dar lugar ao traçado de novas estratégias de gênero. Os beneficiários

serão os participantes de grupos populares curitibanos de alfabetização de adultos, de compras comunitárias, de cozinhas comunitárias, de costura ou da Escola Popular de Liderança Comunitária.

Homenagem — À parte o interesse do grupo de docentes da Unicamp na temática da mulher, há um outro motivo que originou o nome do Núcleo de Estudos de Gênero "Pagu". Na época em que estava sendo estruturado, contava com a participação da professora visitante Elizabeth Souza Lobo, no Departamento de História

do IFCH. Falecida em março de 1991, ela se dedicava a pesquisas sobre as relações de gênero e de trabalho e era uma das principais admiradoras de Patrícia Galvão.

Autora de um único livro — *Parque Industrial*, publicado em 1933 sob o pseudônimo de Mara Lobo —, Pagu é citada como a primeira mulher a ter sido presa no Brasil. O ano era 1931 e o Partido Comunista, do qual ela era integrante, realizava um comício em meio a uma greve de estivadores em Santos do qual resultou a morte de um militante.

Como correspondente dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Diário da Noite*, Pagu fez a volta ao mundo. Ao retornar ao Brasil, foi novamente presa e após ter se desligado do partido retomou a colaboração com os jornais. Nos anos 50 se dedicou ao teatro. Nascida em 1910, morreu de câncer em 1962, em Santos, onde foi fundadora da Associação dos Jornalistas Profissionais.

Segundo volume — Além da realização de seminários mensais, o "Pagu" está organizando para março do ano que vem o "Seminário Internacional Biologia e Cultura: novas questões para um antigo dilema". O evento enfocará questões como a "natureza e a cultura", entre outros temas. Por ocasião desse seminário, será lançado o segundo volume do *Cadernos Pagu*, que já começou a ser organizado e tem a colaboração de especialistas que participam dos seminários mensais do núcleo. (C.P.)

Vestibular leva fascículos às ruas

Unicamp chega ao vestibulando através de 16 mil bancas de jornais.

Desde 1987, quando reformulou e realizou seu próprio vestibular, acabando com os testes de múltipla escolha e introduzindo o sistema dissertativo nas provas, a Unicamp vem, ano a ano, aprimorando os seus exames de acesso. Depois de servir de modelo a várias universidades brasileiras e de agir retroativamente sobre as escolas de 1º e 2º graus, particularmente no que diz respeito ao processo de aprendizagem e de articulação da língua, a Unicamp dá agora um passo à frente no sentido de desmistificar o seu próprio vestibular. De parceria com a Editora Globo, e simultaneamente com a deflagração de seu calendário para 1994, a instituição coloca à disposição dos vestibulandos de todo o país uma série de publicações fasciculadas abordando os diversos conteúdos do vestibular.

Com uma nota de corte de 50% de acerto na primeira fase, o vestibular da Unicamp é, não raras vezes, considerado difícil por vários de seus quase 40 mil candidatos que concorrem anualmente a suas 1990 vagas. Na verdade, o que se exige, além dos conteúdos específicos de cada disciplina, é a capacidade de organizar idéias e de exprimir-se com clareza. "Com o lançamento dos fascículos, a instituição socializa o conhecimento e fecha um processo de interação e desvendamento do nosso vestibular", assegura o reitor Carlos Vogt.

Fascículos — A confecção de fascículos sobre as diferentes áreas do conhecimento para exames de vestibular vem sendo feita, nos últimos anos, por diferentes editoras. Esta é, no entanto, a primeira vez que uma instituição de ensino superior une-se a uma grande editora para repassar a experiência acumulada na realização de seus vestibulares para os estudantes de 2º grau.

A parceria com a Editora Globo não implicou em custos editoriais para a Unicamp. Elaborado por 30 professores da Universidade com o apoio de professores do 2º grau, os fascículos estão sendo vendidos, desde o final de agosto, em 16 mil bancas de jornais espalhadas por todo o país. A um custo inicial de CR\$ 650,00, os dez fascículos (Língua Portuguesa, Matemática, Literatura, Física, História, Química, Redação, Biologia, Geografia e Francês/Inglês), podem ser adquiridos semanalmente pelos candidatos.

Os fascículos propiciam um conhecimento mais detalhado do vestibular da Unicamp, como seus objetivos, tipos de abordagem, critérios de elaboração e correção de provas. Cada fascículo contém, além do programa comentado com questões que já caíram em provas anteriores, dicas da expectativa da Universidade sobre seus futuros alunos. Redigidos de maneira clara e simples, o que se espera deles é que contribuam para facilitar o acesso à instituição sem que se pretenda, com isso, substituir os livros didáticos ou os cursos preparatórios, mas somente acrescentar aos mecanismos já existentes a sua percepção sobre a melhor forma de utilização do conhecimento.

Novidades — O vestibular-94 da Unicamp apresenta outras novidades, além dos fascículos. Outra importante alteração é a unificação dos cursos de física, matemática e matemática aplicada e computacional como opção conjunta para fins de ingresso. Dessa forma, os candidatos concorrerão a um maior número de vagas — a soma das três áreas —, além de permitir aos ingressantes cursarem durante os três primeiros semestres um núcleo integrado de disciplinas. A escolha da carreira será feita em seguida, quando os alunos terão maior segurança sobre a profissão. A decisão de reunir esses três cursos de forma-



A coleção de 10 fascículos que já começa a circular em todo o país.



Revista: nova dimensão.



Manual: informação básica.



Alunos visitam o campus: momento de descontração.

ção básica deve-se ao crescimento, na última década, da interdependência dessas áreas.

Os locais onde as inscrições e as provas do vestibular da Unicamp serão realizadas também se ampliam com a inclusão de Belo Horizonte e Presidente Prudente. São agora 17 cidades, das quais cinco capitais. A saber: Campinas, São Paulo, Santo André, Bauru, Jundiaí, Limeira,

Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Brasília, Curitiba e Rio de Janeiro.

A Revista do Vestibulando também ganha nova dimensão. Acompanhada do Manual do Candidato e editada em quatro cores, a Revista mostra em linguagem clara e atraente os variados aspectos da vida na Unicamp. Em 48 páginas bem ilustradas, o candidato fica

conhecendo através dela um pouco da história da Unicamp, os serviços que ela oferece aos alunos, o perfil de cada um de seus cursos de graduação e as razões da qualidade de seu ensino e de sua pesquisa.

Um indicador importante como é o ranking do *Guia do Estudante* da Editora Abril, por exemplo, que anualmente avalia a qualidade dos cursos de ensino superior no país,

mostra que a Unicamp, proporcionalmente ao número de cursos que oferece, vem colocada em primeiro lugar entre as universidades brasileiras. Dos 27 cursos avaliados pelo Guia, 14 receberam cinco estrelas dos especialistas e quatro estrelas outros 10, totalizando assim, em termos proporcionais, 89% de cursos estrelados.

A USP, com seus 78 cursos, teve 36 com cinco estrelas e 31 com quatro estrelas, num total proporcional de 86%. Em terceiro lugar vem a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 63%, seguida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 58%. Em quinto lugar encontra-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 56% de cursos estrelados.

Calendário — Desde o dia 23 de agosto último, até o dia 24 de setembro próximo, o Manual do Candidato-94 está sendo vendido ao preço de CR\$ 300,00 nas agências Banespa de todo o país. De posse do manual, o candidato deve preencher a ficha de inscrição que o acompanha e retornar ao banco para pagamento da taxa de inscrição, no valor de CR\$ 1.900,00.

As provas do vestibular da Unicamp são realizadas em duas fases e obedecerão ao seguinte calendário: 1ª fase, dia 28/11/93 — prova de redação e doze questões gerais, todas de natureza dissertativa. Na 2ª fase, que começa no dia 16/01/94, as provas serão de Língua Portuguesa e Ciências Biológicas, cada uma delas com 16 questões, todas dissertativas. Dia 17/01/94 — Química e História. Dia 18/01/94 — Física e Geografia. Dia 19/01/94 — Matemática e Língua Estrangeira (Inglês ou Francês). Dia 24/01/94 — Prova de aptidão para o curso de Odontologia e do dia 24 a 27/01/94 — Provas de aptidão para os cursos de Música, Educação Artística, Dança e Artes Cênicas.

Para o vestibular-94, estão sendo oferecidas 1990 vagas nas áreas de Exatas e Tecnológicas, Humanas, Artes e Biológicas, distribuídas por 40 cursos, dos quais 15 noturnos. No período diurno os cursos são: Engenharia Agrícola, Elétrica, Química, de Alimentos, de Computação, Civil e Mecânica, Estatística, Física, Matemática, Matemática Aplicada e Computacional, Química, Ciências Econômicas, Sociais, História, Letras e Linguística, Pedagogia, Filosofia, Música Erudita e Popular, Dança, Educação Artística, Artes Cênicas, Ciências Biológicas, Odontologia, Medicina, Enfermagem e Educação Artística. No período noturno: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, de Alimentos, Elétrica e Química, Física, Matemática Licenciatura, Tecnologia em Edifícios, em Obras de Solos, em Processamento de Dados e Sanitária, Ciências Sociais, Pedagogia, Educação Física e Ciências Biológicas-Licenciatura).

Para a prova de Literatura, a Unicamp prevê a leitura de 13 livros, dos quais quatro de literatura portuguesa (*As Pupilas do Senhor Reitor* de Júlio Diniz, *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz e *A Confissão de Lúcio*, de Mário de Sá-Carneiro) e nove de literatura brasileira (*Noite na Taverna*, de Álvares de Azevedo, *Senhora*, de José de Alencar, *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, *O Ateneu*, de Raul Pompéia, *Amar, Verbo Intransitivo*, de Mário de Andrade, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, *A Moratória*, de Jorge Andrade, *Sagarana*, de João Guimarães Rosa e *Perto do Coração Selvagem*, de Clarice Lispector).

O curso mais procurado da Universidade é o de Medicina, que no vestibular-93 teve 8.508 inscritos para 90 vagas, numa relação candidatos-vaga de 94,53%. Em seguida vem Odontologia, Ciências Biológicas, Engenharia Elétrica e de Computação. No vestibular do ano passado inscreveram-se 37.622 candidatos das diferentes regiões do país. (G.C.)

Projeto traz ao campus estudantes de 121 escolas

Dentro do programa de aproximação entre a Universidade e estudantes do segundo grau, a Unicamp abriu suas portas para alunos do 3º colegial, que visitaram o campus de Barão Geraldo, em Campinas, na última semana de agosto. A atividade, denominada "Seu colégio na Unicamp", teve o objetivo de mostrar a Universidade para os futuros alunos e repetiu-se, para outro grupo, em 10 de setembro. No primeiro dia de visitas a Unicamp recebeu 6.326 estudantes, interessados nos cursos da área Biológica, Humanas e Artes. Outros 3.000 são esperados na visita de setembro.

O programa "Seu colégio na Unicamp" foi idealizado a partir de um piloto realizado no ano passado, pela Pró-reitoria de Graduação, através da Comissão Permanente para os Vestibulares. Naquela oca-

sião, 2.000 estudantes de 20 escolas conheceram os 19 institutos e faculdades da instituição. A edição deste ano atende a uma pedido natural das escolas de segundo grau, interessadas em conhecer a Universidade. Pelo menos 200 delas solicitaram esse tipo de visita, resultando nas 121 escolas que confirmaram participação.

A chegada dos estudantes aos campus da Universidade aconteceu a partir das 8h30. Logo cedo, 150 ônibus estacionaram no pátio atrás da Biblioteca Central (BC), de onde foram monitorados aos locais previamente escolhidos, de acordo com o interesse de cada escola.

A escolha do local a ser conhecido acompanhou a tendência verificada nos últimos vestibulares da Unicamp. A área de Medicina foi a mais procurada. Das 12.151 visitas

previstas — cada estudante pôde conhecer dois cursos diferentes —, 4.037 foram para a Faculdade de Ciências Médicas. Depois vieram, pela ordem, Ciências Biológicas, Odontologia e Artes Cênicas.

A segunda visita à Unicamp, no dia 10 de setembro, será específica para os cursos tecnológicos e de Exatas. São esperados mais 3.000 estudantes. As 121 escolas que participam do projeto "Seu colégio na Unicamp" estão divididas entre os seguintes Estados: São Paulo, 97; Rio de Janeiro, 11; Minas Gerais, 10; Mato Grosso do Sul, 2 e Paraná, 1. Cerca de 300 monitores foram encarregados de mostrar a Unicamp para os estudantes do segundo grau. A idéia é ajudá-los a decidir pela melhor opção na hora da inscrição para o vestibular-94. (R.C.)